



Estado de Rondônia
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DO
CONTROLE INTERNO**

Ji-Paraná, 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Sumário

1 - INTRODUÇÃO	3
2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3 - INDICADORES GERENCIAIS DO BALANÇO CONSOLIDADO	19
4 - ANÁLISE DO BALANÇO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015	21
5 - INDICADORES CONSTITUCIONAIS.....	28
5.1. EDUCAÇÃO.....	28
5.2. DOS RECURSOS INVESTIDO EM SAÚDE.....	30
6 - RESULTADO PRIMÁRIO	41
7 - RESULTADO NOMINAL.....	46
8 - DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO)	48
9 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	51
10 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES.....	60
11 - RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 CONSTANTES NOS AUTOS 0978/2014 TCE-RO	62
12- RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.....	62
13 – CONCLUSÃO.....	63
14 - PARECER TÉCNICO.....	65
CERTIFICADO DE AUDITORIA.....	67



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório foi formatado tendo como lastro, as informações apuradas nos demonstrativos apresentados pela Contabilidade nos moldes da LRF. Destes, foram observados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO bimestrais, Relatório de Gestão Fiscal –RGF quadrimestrais e demais peças contábeis que se fizeram necessárias para complementar o entendimento sobre alguns pontos.

Os comentários resultantes compõem um resumo daqueles, oportunizados nos relatórios quadrimestrais enviados tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado, no qual contemplam na sua grande maioria, ponderações referentes ao último quadrimestre.

Mormente, os demais fatos, estão consubstanciados como resultado do acompanhamento das rotinas processuais, orientações e recomendações proferidas no transcorrer do exercício.

Neste contexto em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 74 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, esta Controladoria apresenta o Relatório Anual do Órgão de Controle Interno período de Janeiro a Dezembro de 2015, estruturado em observância ao diploma legal vigente.

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, o Órgão de Controle Interno elabora o Relatório Anual de Controle Interno com base nos Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º ao 6º Bimestre e de Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º ao 3º Quadrimestre das Despesas do Poder Executivo, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, com análise e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria, com vistas a contribuir para a análise do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.

Em 31/12/2014 a Controladoria Geral do Município contava com os seguintes integrantes:

Quadro 01 - Compõe a equipe da CGM:

SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Elias Caetano da Silva	9363-1	Controlador Geral do Município
Vivaldo Pinto Zeferino	94.026	Controlador Técnico
Dulcinalva Mota Barroso	11.388	Auxiliar Administrativo
Iraneide Maria dos Santos	1861-0	Administradora de Empresas
Marília Pires de Oliveira	12.349	Agente Administrativo
Marlene Maia Ribeiro	11.587	Agente Administrativo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Percidia Chagas Riberio	11.304	Economista
Priscila Midia Martins Nascimento	13.546	Diretora de Controle Interno
Rosangela Barros Guimarães dos Santos	10.284	Diretora de Controle Administrativo
Zilda de Jesus	8.227	Agente Administrativo

Fonte: Folha de ponto mensal de dezembro de 2015

METODOLOGIA E ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

A metodologia utilizada pelo Controle Interno para elaboração do presente envolveu análise e comparativos dos resultados alcançado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre e Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2014.

Imperioso destacar que, nos termos do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.397 de 2005, compete a Controladoria Geral:

- I – orientar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o controle interno da administração municipal;
- II – examinar e avaliar os demonstrativos contábeis orçamentários, financeiros, patrimoniais, de inventários e da execução das despesas e da arrecadação da receita, da administração direta e indireta do município;
- III – exarar pareceres sobre a regularidade das despesas;
- IV – fiscalizar os lançamentos, controle e arrecadação de tributos municipais;
- V – fiscalizar a aplicação de verbas provenientes de convênios em quaisquer órgãos municipais;
- VI – manifestar-se expressamente, sempre que necessário, perante o chefe do Poder Executivo e Secretários acerca do cumprimento das determinações legais aplicadas à Administração Pública.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 74 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Circunstanciado de Gestão Fiscal do Poder Executivo período de Janeiro a Dezembro de 2015, com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária 6º Bimestre e de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2015 e Balanço.

Este relatório foi estruturado em estrita observância ao diploma legal vigente, consoante ao que expressa o contido no parágrafo anterior, que orienta as atividades do controle interno nos seguintes termos:

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Constituição Estadual, sobre a matéria, seguindo as diretrizes da Carta Magna, assim definidas as atribuições do controle interno:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno. Assim dispõe o retro mencionado diploma:

Parágrafo único, O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalização o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I – atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar.

Observaram-se os preceitos da Instrução Normativa nº 013 de 18 de novembro de 2004 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, de acordo com o artigo 11, inciso II, assim dispõe:

Art. 11. Os Prefeitos Municipais remeterá ao Tribunal de Contas:

a) relatório circunstanciado evidenciando sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltadas às áreas de educação, saúde segurança e obras públicas.



No contexto da norma supracitada, foram elaborados os relatórios quadrimestrais, encaminhados tempestivamente à Corte de Contas, pelo quais passa então os relatos em síntese, tendo base os RGF do terceiro quadrimestre.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Formalmente, o orçamento público é o instrumento legal no qual se estima a receita e fixa a despesa para determinado ano, exprimindo, desta forma, as alocações dos recursos públicos.

O Balanço Orçamentário é a peça contábil que evidencia a receita orçada e arrecadada, em confronto com a despesa fixada e realizada em determinado período.

Caso as receitas arrecadadas sejam superiores as despesas realizadas, haverá um superávit orçamentário. Por outro lado, caso as receitas arrecadadas sejam inferiores as despesas realizadas haverá um déficit orçamentário.

Desta forma, no exercício de 2015, a realização das receitas alcançou o montante de R\$ 214.814.480,46 contra R\$ 206.158.590,01 referentes às despesas realizadas, apurando-se, portanto, um superávit orçamentário no montante de R\$ 8.655.890,45, conforme demonstrado no quadro 2:

Quadro 02: Receita Realizada x Despesa Empenhada

RECEITA REALIZADA	204.815.578,06
DESPESA EXECUTADA (I)	206.158.590,01
SUPERÁVIT (II)	8.658.890,45
DESPESA TOTAL (I+II)	214.814.480,46

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2015

O quadro 3, é demonstrado o Balanço Orçamentário evidenciando que no exercício de 2015, houve um superávit corrente no valor de R\$ 20.027.988,13. Isto significa que a arrecadação das receitas correntes foi superior neste montante à realização das despesas correntes.

Por outro lado, houve um déficit de capital no valor de R\$ 11.372.097,68, demonstrando que esta parcela das despesas de capital foi lastreada por meio de Receitas Correntes arrecadadas de forma superavitária. Estes dois fatores, geraram o superávit orçamentário no valor de R\$ 8.655.890,45 conforme é demonstrado no Balanço Orçamentário.

Não obstante, por esta ótica nada impede que seja financiado as despesas de capital com recursos provenientes de receitas correntes, vez que fora cumprido os mandamentos legais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 03 – Comparativo da Receita Arrecadada X Despesa Executada

RECEITAS	2015	DESPESAS	2015
Receitas Correntes	201.433.809,41	Despesas Correntes	201.431.794,41
Receita Tributária	35.432.720,89	Pessoal e Encargos Gerais	106.724.654,54
Receita de Contribuições	16.274.416,27	Juros e Encargos da Dívida	298.500,48
Receita Patrimonial	12.109.698,34	Outras Despesas Correntes	74.380.651,26
Receita Agropecuária	0,00		0,00
Receita Industrial	0,00	Superávit Corrente	20.027.988,13
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	130.684.986,99		
Outras Receitas Correntes	6.929.971,92		
Total de Receitas Correntes	201.431.794,41	Total de Despesas Correntes	201.431.794,41
RECEITAS	2015	DESPESAS	2015
Receitas de Capital		Despesas de Capital	24.754.783,73
Operações de Crédito	803.953,91	Investimentos	22.846.201,70
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	1.908.582,03
Transferências de Capital	12.578.732,14		
Outras Receitas de Capital	0,00		
Déficit de Capital	11.372.097,68		
Total de Receitas de Capital	24.754.783,73	Total de Despesas de Capital	24.754.783,73

RESUMO			
Receitas Correntes	201.431.794,41	Despesas Correntes	181.403.806,28
Receitas de Capital	13.382.686,05	Despesas de Capital	24.754.783,73
	0,00	Superávit	8.655.890,45
Total das Receitas	214.814.480,46	Total das Despesas	214.814.480,46

*As receitas e despesas intraorçamentárias estão incluídas nos valores demonstrados;

** Nas receitas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais.

ANÁLISE DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 04 – Comparativo das Receitas Realizadas entre 2014 – 2015

Receitas	2014	AV	2015	AV	AH
Receitas Correntes	184.414.982,84	92,10%	201.431.794,41	93,77%	9,23%
Receita Tributária	33.650.679,97	16,81%	35.432.720,89	16,49%	5,30%
Receita de Contribuições	14.368.745,56	7,18%	16.274.416,27	7,58%	13,26%
Receita Patrimonial	9.641.044,75	4,81%	12.109.698,34	5,64%	25,61%
Receita Agropecuária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Receita Industrial	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Receita de Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	120.339.566,06	60,10%	130.684.986,99	60,84%	8,60%
Outras Receitas Correntes	6.414.946,50	3,20%	6.929.971,92	3,23%	8,03%
Receitas de Capital	15.822.358,08	7,90%	13.382.686,05	6,23%	-15,42%
Operações de Crédito	972.627,62	0,49%	803.953,91	0,37%	-17,34%
Alienação de Bens	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	14.849.730,46	7,42%	12.578.732,14	5,86%	-15,29%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS	200.237.340,92	100,00%	214.814.480,46	100,00%	7,28%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2014/2015

Ao se observar o exercício financeiro de 2015 percebe-se que houve crescimento total na Receita em um percentual de 7,28% comparado ao exercício financeiro de 2014, sendo que as receitas tributárias tiveram um crescimento de 5,30%, nota-se que transferência de capital apresentaram queda de arrecadação na ordem de 15,42% em 2015, o que equivale a um montante a menor de R\$ 2.439.672,03.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



A análise do quadro 4, entre os dois períodos demonstra que houve um aumento de 7,28% (14.577.139,54) no total líquido das receitas realizadas. Observa-se que, as fontes da receita mais expressivas na composição da Receita Arrecadada Total são referentes as Transferências Correntes e Receita Tributária, com participação, em valores relativos de 60,84% e 16,49%, respectivamente, considerando a análise vertical.

Quadro 05 – Comparação das Receitas Tributárias Arrecadadas e das Transferências Correntes

RECEITA TRIBUTÁRIA	2013	2014	AV	2015	AV	AH 2014/2013
Impostos	24.728.266,88	28.332.613,91	84,20%	30.203.272,89	85,24%	6,60%
IPTU	3.162.518,59	3.582.645,13	12,64%	3.663.125,44	12,13%	2,25%
IRRF	4.498.490,93	5.178.718,44	18,28%	6.373.151,09	21,10%	23,06%
ITBI	2.636.914,10	2.744.000,52	9,68%	2.563.689,27	8,49%	-6,57%
ISSQN	14.430.343,26	16.827.249,82	59,39%	17.603.307,06	58,28%	4,61%
Taxas	4.359.415,88	5.318.066,06	15,80%	5.229.448,03	14,76%	-1,67%
Total das Receitas Tributárias	29.087.682,76	33.650.679,97	100,00%	35.432.720,89	100,00%	5,30%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA	2013	2014	AV	2015	AV	AH 2014/2013
Cota Parte do FPM	22.181.688,74	23.137.301,37	19,23%	25.862.418,03	19,79%	11,78%
Cota do ITR	34.930,01	36.910,47	0,03%	229.298,14	0,18%	521,23%
Transferências Financeiras – Lei Complementar nº 87/96	58.128,46	54.535,32	0,05%	55.478,05	0,04%	1,73%
Transferências de Recursos do SUS	21.434.067,37	25.280.388,72	21,01%	27.671.998,06	21,17%	9,46%
Transferências de Recursos do FNAS	1.562.283,19	805.320,95	0,67%	290.696,92	0,22%	-63,90%
Transferências de Recursos do FNDE	2.011.100,17	1.938.404,01	1,61%	1.727.887,24	1,32%	-10,86%
Demais Transferências da União	946.710,41	1.296.241,75	1,08%	705.742,19	0,54%	-45,55%
Cota Parte do ICMS	33.355.894,18	34.714.957,48	28,85%	36.981.414,54	28,30%	6,53%
Cota Parte do IPVA	6.808.660,26	8.583.256,68	7,13%	9.190.743,82	7,03%	7,08%
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.687,51	25.697,31	0,02%	96.523,34	0,07%	275,62%
Cota Parte do IPI sobre Exportação	99.138,77	143.754,20	0,12%	207.467,56	0,16%	44,32%
Transferência de Recursos do Sistema de Saúde – SUS (Estado)	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00%	-	-	-
Transferências de Recursos do Estado p/programa de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	450.057,89	303.860,38	0,25%	370.403,34	0,28%	21,90%
Transferências de Recursos do FUNDEB	17.534.478,28	19.372.579,99	16,10%	21.296.362,34	16,30%	9,93%
Transferências de Instituições Privadas	104.494,91	13.349,52	0,01%	35.992,53	0,03%	169,62%
Transferências de Convênios	3.059.275,54	4.633.007,91	3,85%	5.962.560,89	4,56%	28,70%
Total Transferências Correntes	109.653.595,69	120.339.566,06	100,00%	130.684.986,99	100,00%	8,60%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2013 a 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



De acordo com o quadro 5, percebe-se que as transferências correntes cresceram nos exercícios de 2013 a 2015. Neste diapasão, tem-se para o exercício financeiro de 2015 o repasse de ICMS do Estado ao Município superou em R\$ 2.266.457,06 considerando os valores arrecadados nesta mesma fonte no exercício financeiro de 2014. O repasse de Transferências de Recursos do SUS ao Município superou em R\$ 2.391.609,34 os valores arrecadados nesta fonte em relação ao exercício financeiro de 2014. O repasse de FPM ao município superou em R\$ 2.725.116,66 os valores arrecadados em relação ao exercício financeiro de 2014. Constata-se aumento de 5,30% nas receitas tributárias e 8,60% nas transferências correntes em comparação com exercício financeiro de 2014.

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

O Município de Ji-Paraná o qual está situado no centro do Estado de Rondônia atualmente classificado como o segundo mais populoso do Estado com população estimada de 130.419 habitantes (IBGE) para 2015; teve um crescimento acelerado devido à localização estratégica, no eixo da BR-364. Contudo, pode-se observar conforme será demonstrado no quadro 6, que as inscrições em dívida ativa supera as baixas para os períodos observados.

Sabendo-se que tais tributos são imprescindíveis para o funcionamento do ente publico, conforme dispõe a constituição, perfazendo-se os serviços comuns de sua competência em atender a população ao que pertine saúde, educação, segurança, moradia, saneamento básico, cultura e lazer, assistência social, entre outros.

SITUAÇÃO DA RECEITA E DA DÍVIDA ATIVA

Pode-se afirma que a receita tributária influencia diretamente no custeio das despesas, no que se refere às necessidades de investimento do município, tornando maior a importância de incentivo da arrecadação desta receita no Município de Ji-Paraná.

Orçamento Fiscal da Prefeitura de Ji-Paraná foi aprovado pela Lei Municipal 2738 de 07 de novembro de 2014, estimando a receita orçamentária para o exercício de 2015 o montante de R\$ 204.815.578,06, sendo as receitas estimadas por categoria econômica, segundo a origem dos recursos conforme disposto na legislação vigente. Porém, a arrecadação foi de R\$ 214.814.480,06.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 06 – Comparativo da Receita Tributária

COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA						
RECEITA	2013		2014		2015	
	VALOR ARRECADADO	%	VALOR ARRECADADO	%	VALOR ARRECADADO	%
IPTU	3.162.518,59	10,87%	3.582.645,13	10,65%	3.663.125,44	10,34%
IRRF	4.498.490,93	15,47%	5.178.718,44	15,39%	6.373.151,09	17,99%
ISS	14.430.343,26	49,61%	16.827.249,82	50,01%	2.563.689,27	7,24%
ITBI	2.636.914,10	9,07%	2.744.000,52	8,15%	17.603.307,06	49,68%
TAXAS	4.359.415,88	14,99%	5.318.066,06	15,80%	5.229.448,03	14,76%
TOTAL das Receitas Tributárias	29.087.682,76	16,06%	33.650.679,97	16,81%	35.432.720,89	16,49%
Total da Receita Arrecadada	181.049.782,89	100%	200.237.340,92	100%	214.814.480,46	100,00%

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – 2013 a 2015 – Anexo do TCE-4.

Analizando o quadro 06, ao se comparar a arrecadação do IPTU que foi de 3.663.125,44 correspondeu a 10,34% do total da receita tributária arrecadada. Verifica-se também que a arrecadação do ISSQN no valor de R\$ 17.603.307,06 correspondeu a 49,68% em relação ao total da receita tributária arrecadada.

Quadro 07 - Receita de Dívida Ativa do Município

INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA 2013 A 2015					
ANOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	COBRANÇA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2013	120.246.740,16	6.524.047,03	2.998.611,96	4.101.775,33	119.670.399,90
2014	119.670.399,90	8.076.791,52	3.406.955,87	3.649.639,34	120.690.596,21
2015	120.690.596,21	252.907.549,22	4.712.014,39	13.052.275,77	355.833.855,27

Fonte: Balancete do mês de dezembro e Balanço Patrimonial de 2013-2015

O valor arrecadado de R\$ 4.712.014,39, referente à dívida ativa corresponde ao percentual de 3,90% do saldo anterior que foi de R\$ 120.690.596,21, também se observa que foram efetuados cancelamentos de créditos no valor de R\$ 13.052.275,77, correspondente a 10,81%, do saldo anterior que foi de R\$ 120.690.596,21.

A evolução da Dívida Ativa do Município passou de R\$ 120.690.596,21 em 2014 à R\$ 355.833.855,27 em 2015, foi decorrente de atualização monetária e os demais encargos que devem ser aplicados sobre o valor inscrito em Dívida Ativa. Conforme nota explicativa nº. 06 contida no Anexo 14 - Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2015.

Quadro 08: Receita de Dívida Ativa Arrecadada 2013 a 2015

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	AH
Dívida Ativa Tributária	2.975.668,79	3.384.530,96	2.814.569,24	-16,84%
Receita Da Dívida Ativa Do IPTU	1.500.280,69	1.662.212,37	1.250.508,23	-24,77%
Receita Da Dívida Ativa Do ITBI	27.525,93	26.661,83	18.372,52	-31,09%
Receita Da Dívida Ativa Do ISS	328.595,25	377.230,32	411.620,12	9,12%
Receita Da Dívida Ativa Das Taxas	1.119.266,92	1.318.410,10	1.134.068,37	-13,98%
Receita Da Dívida Ativa Não Tributária	22.943,17	22.424,91	16.024,00	-28,54%
Multas E Juros De Mora Da Dívida Ativa Dos Tributos	2.043.829,91	2.226.956,85	1.841.762,57	-17,30%
Multas E Juros De Mora Da Dívida Ativa De Outras Receitas	0,00	0,00	39.658,58	-
Total	5.042.441,87	5.633.912,72	4.712.014,39	-16,36%

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Receita Arrecadada.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Conforme demonstrado no quadro 08, a arrecadação de Receitas da Dívida Ativa no exercício de 2015 diminuiu (16,36%) em relação ao exercício de 2014, se comparado ao exercício de 2013 essa involução atinge (6,55%), de acordo com o Anexo 10 – Receita Orçada com a Receita Arrecada dos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) – Anexo III do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), conforme previsto no artigo 53, inciso I, da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – apresenta a apuração da receita corrente líquida no mês em referencia, sua evolução no exercício. Sua publicação, conforme art. 52 da LRF, é realizada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze meses anteriores.

O objetivo da RCL, segundo Manual dos Demonstrativos Fiscais -6ª edição, é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da federação.

Conforme artigo 2º da LRF, a RCL compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, no caso dos estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Quadro 09 - comparativo entre os exercícios de 2013-2015

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA					
Natureza da Receita	2013	2014	2015	AV%	AH%
Receitas Correntes	174.609.607,71	194.687.415,42	211.102.454,91	-	8,43%
Receitas Tributárias	29.087.682,76	33.650.997,46	35.432.720,89	20%	5,3%
IPTU	3.162.518,59	3.582.645,13	3.663.125,44	10%	2,2%
ISS	14.430.343,26	16.827.249,82	17.603.307,06	50%	4,6%
ITBI	2.636.914,10	2.744.000,52	2.563.689,27	7%	-6,6%
IRRF	4.498.490,93	5.178.718,44	6.373.151,09	18%	23,1%
Outras Receitas Tributárias	4.359.415,88	5.318.066,06	5.229.448,03	15%	-1,7%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.649.019,03	8.277.360,15	9.737.552,58	5%	17,6%
RECEITA PATRIMONIAL	2.593.098,46	9.641.044,75	12.109.698,34	7%	25,6%
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0%	-
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0%	-
RECEITA DE SERVIÇO	3.893.755,40	0,00	0,00	0%	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.996.740,51	136.703.384,05	148.395.933,34	84%	8,6%
Cota Parte do FPM	27.435.645,90	28.617.766,28	31.907.264,25	22%	11,5%
Cota Parte do ICMS	41.694.867,52	43.393.696,57	46.226.767,88	31%	6,5%
Cota Parte do IPVA	8.510.825,51	10.729.070,89	11.488.429,84	8%	7,1%
Cota parte do ITR	43.662,36	46.137,89	286.622,50	0%	521,2%
Transferências da LC 87/1996	72.660,49	68.169,12	69.347,54	0%	1,7%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Transferências da LC 61/1989	123.923,46	179.692,76	254.334,48	0%	41,5%
Transferências do FUNDEB	17.534.478,28	19.372.579,99	21.296.362,34	14%	9,9%
Outras Transferências Correntes	29.580.676,99	34.296.270,55	36.861.804,51	25%	7,5%
Outras Receitas Correntes	6.389.311,55	6.414.946,50	5.426.549,76	3%	-15,4%
DEDUÇÕES (-)	20.246.921,30	30.193.283,58	34.009.360,92	19%	12,6%
Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	4.906.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	18%	11,3%
Servidor	4.906.776,48	5.544.505,58	0,00	0%	-100%
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0%	-
Dedução da Receita para formação do FUNDEB	15.343.144,82	16.363.817,99	17.710.946,35	52%	8,2%
Receita do IRRF Pessoal ativo (TCE/RO)	0,00	4.708.669,92	5.893.741,52	17%	25,2%
Receita do PACS/PSF (TCE/RO)	0,00	3.576.290,09	4.234.529,11	12%	18,4%
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	154.362.686,41	164.494.131,84	177.093.093,99	100%	7,7%*

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2013 a 2015.

* A Evolução da Receita , não considerou o efeito inflacionário.

Ao se analisar as Receitas Correntes conforme o quadro 09 percebe-se que, na comparação do ano de 2014 com o ano de 2015, houve um aumento de 8,43%, ou seja, um acréscimo de R\$ 16.415.039,49 no total das Receitas Correntes (antes de efetuadas as respectivas deduções). Considerando as deduções o crescimento alcança 7,7% o que corresponde a R\$ 12.598.962,15.

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 10 – Evolução da Despesa

DESPESAS	2013	AV	2014	AV	2015	AV	AH 2014/2015
Despesas Correntes	135.077.961,91	89,44%	160.363.104,53	88,08%	182.403.806,28	88,48%	14%
Pessoal e Encargos Sociais	87.934.438,91	65,10%	95.871.167,81	59,78%	106.724.654,54	58,51%	11%
Juros e Encargos da Dívida	73.026,85	0,05%	292.801,41	0,18%	298.500,48	0,16%	2%
Outras Despesas Correntes	47.070.496,15	34,85%	64.199.135,31	40,03%	74.380.651,26	40,78%	16%
Despesas de Capital	15.954.977,09	10,56%	21.711.903,45	11,92%	24.754.783,73	12,01%	14%
Investimentos	13.206.141,13	82,77%	19.356.293,24	89,15%	22.846.201,70	92,29%	18%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-
Amortização da Dívida	2.748.835,96	17,23%	2.355.610,21	10,85%	1.908.582,03	7,71%	-19%
TOTAL	151.032.939,00	100 %	182.075.007,98	100 %	206.158.590,01	100 %	13%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2013 a 2015

* As despesas intraorçamentárias estão incluídas nos valores demonstrados;

No período abrangido pela análise horizontal, houve um aumento de 13% (R\$ 24.083.582,03) no total das despesas realizadas, na comparação do exercício financeiro de 2013 com despesa no valor R\$ 151.032.939,00 nota-se que a despesa evoluiu para R\$ 182.075.007,98 em 2014, perfazendo um acréscimo de R\$ 31.042.068,98, conforme demonstrado no Quadro 10.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Tem-se as alterações orçamentárias demonstradas no quadro 11.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 11 – Créditos Autorizados

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR R\$	%
Dotação Inicial	204.815.578,06	
(+) Créditos Suplementares	90.601.707,98	44,24%
(+) Créditos Especiais	8.464.447,62	4,13%
(-) Anulações de Créditos	60.253.481,60	29,42%
(=) Autorização Final da Despesa	243.628.252,06	118,95%
(-) Despesa Empenhada	206.211.343,60	100,68%
(=) Saldo de Dotação	37.416.908,46	18,27%
Diferença Dotação Inicial e Despesa Autorizada	38.812.674,00	18,95%

Fonte: Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – Anexo TC-18

Coma base no Orçamento inicial teve-se alterado o orçamento através dos Créditos Adicionais no volume de R\$ 99.066.155,66 referente ao somatório dos Créditos Suplementares e Créditos Especiais, o que equivale em percentual em 48,37%. No período não se constata abertura de Créditos Extraordinários.

Os Créditos Suplementares conforme o disposto no Art. 42 da Lei 4.320/64 foram lastreados por lei e, nos termos do Art. 43, estão justificado e suportado pela existência de recursos. Estes créditos perfazem o montante de R\$ 90.601.707,98 equivalente ao percentual de 44,24%, que mesmo sem deduzir os valores provenientes de recursos vinculados e convênios atendem o limite estabelecido no Art. 8º da Lei 2738/2014 – Lei de Orçamento, limitado em 50%.

Pela dedução dos valores relativos aos créditos adicionais suplementares, cuja origem provém de recursos de convênio e recursos vinculados de transferências continuadas que oscilam quer seja pela frequência da execução, quais os repasses se dão pela produtividade (recursos para saúde) ou pela vontade da entidade concedente. E o Crédito Suplementar tratam-se fator restrito para alocação dos recursos no orçamento em execução, visto ser único meio para se cumprir o objeto originário do repasse destinado ao Município. Ao passo que, deduzido este montante relativo aos créditos vinculados e de convênios, do montante dos créditos, tem-se significativa redução do percentual dos créditos suplementares conforme se apresenta no Quadro 12.

Quadro 12 – Detalhamento Crédito Suplementar Recursos Vinculados

SEQ.	DESCRIÇÃO DO CRÉDITO	VALOR (R\$)	% DA LOA
01	Créditos Suplementares Adicionais abertos	90.601.707,98	44,24%
02	Créditos Abertos com Lei Específica	-3.048430,76	-1,49%
Total de Créditos Suplementares a ser considerado		87.553.277,22	42,75%
Despesa Fixada na LOA		204.815.578,06	100 %
Composição dos Créditos Suplementares			
03	Anulação:	58.939.688,55	28,78%
04	Excesso de Recursos Próprio:	52.547,50	0,03%
05	Superávit de Recursos Próprio :	709.818,18	0,35%
06	Superavit de Recursos Vinculados :	18.780.899,75	9,17%
05	Excesso de Recursos Vinculados:	9.070.323,24	4,43%
TOTAL		87.553.277,22	100 %

Fonte: Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – Anexo TC-18 – 2015 e Decretos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Conforme se observa no Quadro 12, o somatório dos itens 06 e 07 que se referem aos vinculados e convênios correspondem a 13,60% que se deduzido do percentual dos créditos suplementares, o traz para a realidade de 29,15%. Logo, pode-se compreender que o percentual dos Créditos Suplementares no exercício financeiro de 2015, situa-se em 29,15%.

Resta ainda enfatizar, que por orientação da IN 27/TCE-RO, sobre os procedimentos para encerramento de exercício, no tocante aos Restos a Pagar não Processados devem ser anulados, estes reempenhados à conta do Orçamento do exercício seguinte (Art. 23-B), caracterizado como crédito por superávit financeiro. Logo, por esta compreensão, a despesa contratual e/ou continuada, obrigatoriamente deverá ser reempenhada sob aspecto de crédito suplementar com recurso justificado por superávit financeiro, qual além de comprometer em tese, as margens aceitáveis de alteração no Orçamento (item “a” relatório parecer das Contas de 2013 – Proc. 0978/2014 –TCER), reduz diretamente de forma compulsória os limites estabelecidos na Lei de Orçamento para este fim.

Neste contexto, por observação do Quadro 11 em confrontação com os 05 e 06 do quadro 12, que para o primeiro se obtém o percentual de variação do orçamento em 18,95% que deduzido o percentual de 13,60%, resulta no percentual de 5,35%. Logo, pode-se concluir que o real percentual da despesa movimentada por fática iniciativa e discricionária do gestor para o exercício de 2015, se dá em 5,35%, e atende às recomendações do Tribunal de Contas.

ANÁLISE DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO

Neste item será apresentado breve análise das despesas por subfunção, que representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público conforme dispõe a Portaria nº. 42 do MOG de 15-04-99.

Quadro 13 – Detalhamento das despesas Liquidadas por subfunção de governo nas categorias econômicas (Despesas Correntes e Capital)

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	AV	DESPESAS DE CAPITAL	AV	TOTAL REALIZADO	AV
Ação Legislativa	7.117.287,80	3,92%	171.970,75	0,69%	7.289.258,55	3,54%
Planejamento e Orçamento	6.721.969,18	3,71%	4.189,00	0,02%	6.726.158,18	3,26%
Administração Geral	64.962.096,50	35,81%	1.499.248,40	6,04%	66.461.344,90	32,24%
Assistência ao Portador de Deficiência	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
Assistência à Criança e ao Adolescente	663.541,05	0,37%	0	0,00%	663.541,05	0,32%
Assistência Comunitária	2.315.064,58	1,28%	31.511,99	0,13%	2.346.576,57	1,14%
Previdência do Regime Estatutário	5.653.988,91	3,12%	0	0,00%	5.653.988,91	2,74%
Atenção Básica	9.546.119,52	5,26%	334.340,08	1,35%	9.880.459,60	4,79%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	19.094.581,49	10,53%	3.141.941,22	12,67%	22.236.522,71	10,79%
Suporte Profilático e Terapêutico	1.699.598,38	0,94%	300	0,00%	1.699.898,38	0,82%
Vigilância Sanitária	44.993,03	0,02%	0	0,00%	44.993,03	0,02%
Vigilância Epidemiológica	1.105.936,64	0,61%	179.343,15	0,72%	1.285.279,79	0,62%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Ensino Fundamental	30.944.830,40	17,06%	2.492.138,42	10,05%	33.436.968,82	16,22%
Ensino Superior	285.919,41	0,16%	33.131,92	0,13%	319.051,33	0,15%
Educação Infantil	7.102.126,09	3,92%	1.553.448,17	6,26%	8.655.574,26	4,20%
Educação de Jovens e Adultos	791.405,18	0,44%	0	0,00%	791.405,18	0,38%
Difusão Cultural	659.451,98	0,36%	72.968,00	0,29%	732.419,98	0,36%
Assistência aos Povos Indígenas	437.909,42	0,24%	426.247,07	1,72%	864.156,49	0,42%
Infra-Estrutura Urbana	228.353,67	0,13%	1.284.496,85	5,18%	1.512.850,52	0,73%
Serviços Urbanos	8.020.748,08	4,42%	429.500,00	1,73%	8.450.248,08	4,10%
Habitação Urbana	130.870,00	0,07%	0	0,00%	130.870,00	0,06%
Saneamento Básico Urbano	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
Preservação e Conservação Ambiental	21.550,00	0,01%	0	0,00%	21.550,00	0,01%
Abastecimento	115.510,20	0,06%	881.730,00	3,55%	997.240,20	0,48%
Extensão Rural	4.069.367,21	2,24%	320.038,04	1,29%	4.389.405,25	2,13%
Promoção da Produção Agropecuária	68.946,58	0,04%	10.027,97	0,04%	78.974,55	0,04%
Promoção Comercial	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
Transporte Rodoviário	7.270.567,27	4,01%	9.030.056,11	36,40%	16.300.623,38	7,91%
Desporto Comunitário	270.021,03	0,15%	949.574,56	3,83%	1.219.595,59	0,59%
Serviço da Dívida Interna	2.053.024,62	1,13%	1.908.582,03	7,69%	3.961.606,65	1,92%
Outros Encargos Especiais	8.028,06	0,00%	0	0,00%	8.028,06	0,00%
Total	181.403.806,28	100,00%	24.754.783,73	100,00%	206.158.590,01	100,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI

Tendo em vista a distribuição da despesa por subfunção de governo, em 2015 destaca-se aquelas com evolução na participação percentual sobre o total da despesa: administração geral que atingiu um percentual de 32,23%, ou seja, um montante de R\$ 64.962.096,50, Educação com suas subfunções (ensino fundamental, ensino profissional, ensino superior e o ensino infantil) que atingiu o percentual de 20,95%, que corresponde a um montante de R\$ 43.202.999,59, e a terceira função que maior se destacou foi a Saúde com suas subfunções (atenção básica, atenção hospitalar e ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e atenção aos povos indígenas) com um percentual de 17,04%, ou seja, um montante de R\$ 35.147.153,51.

DESPESAS CORRENTES

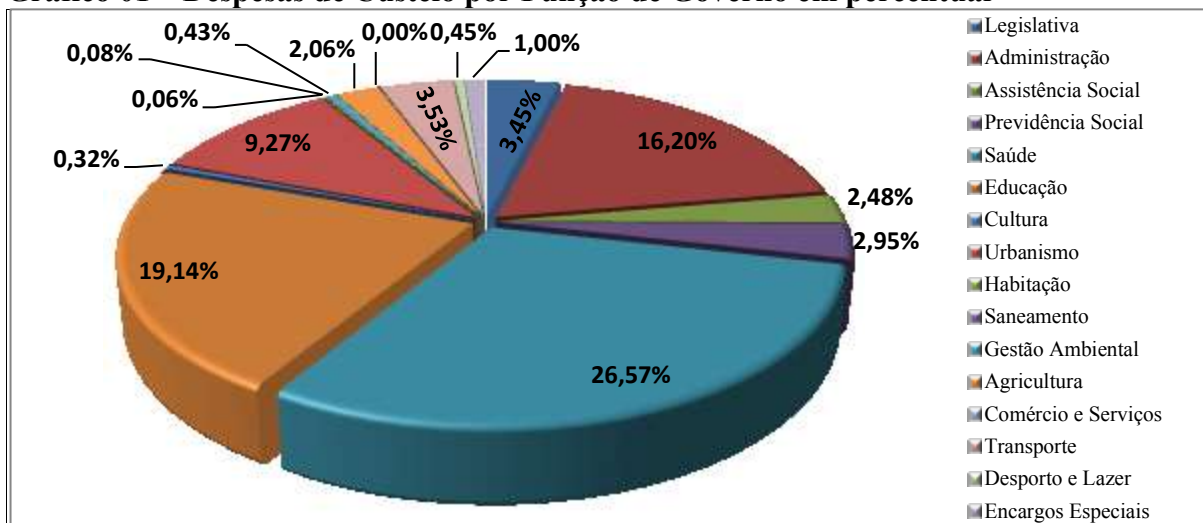
São recursos aplicados no custeio geral das atividades governamentais, visando à continuidade das ações do Governo. Classificam-se como despesas correntes todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, constituem-se em sua maioria os gastos principalmente com folha de pagamento e despesas com materiais e serviços.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Gráfico 01 – Despesas de Custeio por Função de Governo em percentual



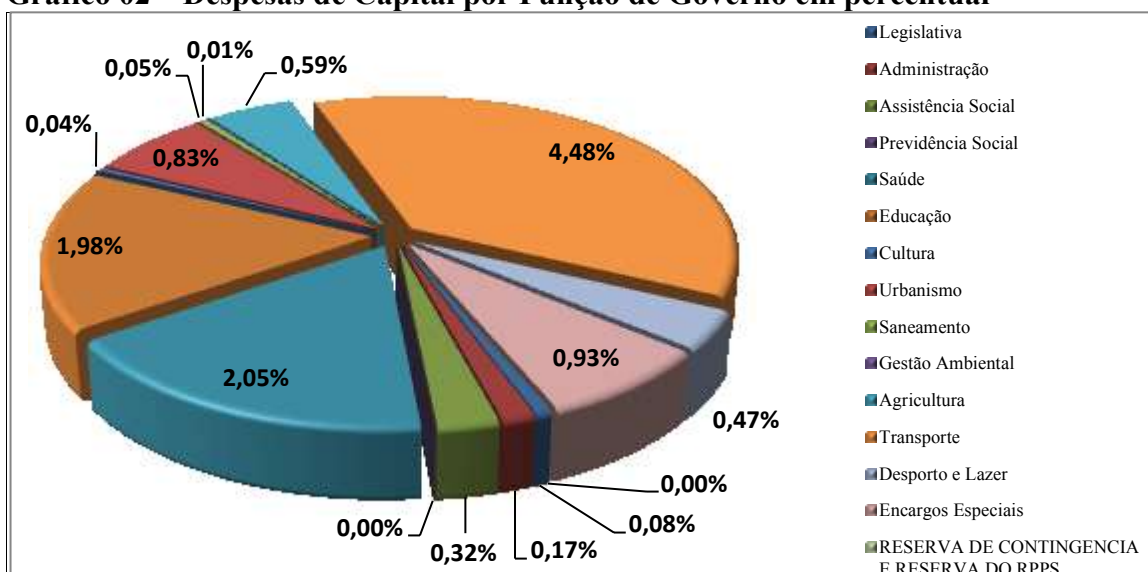
Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI – 2015

O Gráfico 01 demonstra as despesas correntes por função, observa-se que a função de saúde atingiu 26,56%, seguido pela educação com 19,13% e administração com 16,19%. Cabe salientar, que a administração está ligado a todas as unidades orçamentárias.

DESPESAS DE CAPITAL

Classificam-se como despesas de capital as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, são os recursos aplicados em projetos que visam à continuidade do Município no longo prazo, como obras públicas e, também, os financiamentos das ações de Governo, ou seja, ensejam o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento.

Gráfico 02 – Despesas de Capital por Função de Governo em percentual



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI - 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O gráfico 2 demonstra as despesas de capital por função, observas-se que a função com maior representatividade foi transporte com percentual de 4,48%, seguido por saúde com 2,05% e educação com 1,98%.

Quadro 14 – Variações das Despesas Liquidadas totais realizadas por subfunção de governo 2013 a 2015

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO 2014/2015
Ação Legislativa	6.330.861,69	6.612.103,05	7.289.258,55	10,24%
Planejamento e Orçamento	2.159.944,72	2.738.811,46	6.726.158,18	145,59%
Administração Geral	55.883.491,45	62.780.761,97	66.461.344,90	5,86%
Assistência ao Idoso	44.776,31	53.241,30	0,00	-100,00%
Assistência ao Portador de Deficiência	27.632,79	28.910,71	0,00	-100,00%
Assistência à Criança e ao Adolescente	649.515,81	786.401,72	663.541,05	-15,62%
Assistência Comunitária	867.680,62	1.497.612,01	2.346.576,57	56,69%
Previdência do Regime Estatutário	3.376.158,76	4.338.420,58	5.653.988,91	30,32%
Atenção Básica	7.765.633,28	10.113.633,96	9.880.459,60	-2,31%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.311.965,91	17.321.429,29	22.236.522,71	28,38%
Suporte Profilático e Terapêutico	819.064,02	1.759.626,37	1.699.898,38	-3,39%
Vigilância Sanitária	24.493,56	120.176,45	44.993,03	-62,56%
Vigilância Epidemiológica	495.880,34	1.767.004,24	1.285.279,79	-27,26%
Ensino Fundamental	24.265.410,43	28.276.594,85	33.436.968,82	18,25%
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	-
Ensino Superior	289.909,70	278.630,75	319.051,33	14,51%
Educação Infantil	6.820.856,88	7.816.348,55	8.655.574,26	10,74%
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	791.405,18	-
Difusão Cultural	445.669,30	716.937,47	732.419,98	2,16%
Assistência aos Povos Indígenas	3.561,00	871.866,66	864.156,49	-0,88%
Infra Estrutura Urbana	207.016,67	2.452.019,88	1.512.850,52	-38,30%
Serviços Urbanos	3.302.746,26	6.188.813,21	8.450.248,08	36,54%
Habitação Urbana	0,00	1.009.610,00	130.870,00	-87,04%
Saneamento Básico Urbano	214.431,08	940.598,99	0,00	-100,00%
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	137.785,71	21.550,00	-84,36%
Abastecimento	3.280.457,98	303.076,02	997.240,20	229,04%
Extensão Rural	0,00	0,00	4.389.405,25	-
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	78.974,55	-
Promoção Comercial	302.763,80	11.670,00	0,00	-100,00%
Transporte Rodoviário	7.380.984,18	0,00	16.300.623,38	-
Desporto Comunitário	6.905,00	14.559.566,61	1.219.595,59	-91,62%
Serviço da Dívida Interna	718.341,09	2.821.862,81	3.961.606,65	40,39%
Outros Encargos Especiais	91.730,56	3.460.509,76	8.028,06	-99,77%
Reserva de Contingência	0,00	20.988,85	0,00	-100,00%
TOTAL	151.032.939,00	182.075.007,98	206.158.590,01	13,23%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI – 2013-2015

Em breve análise da despesa liquidada houve acréscimo total de 13,23% em relação ao exercício financeiro de 2014, isso corresponde ao montante de R\$ 24.083.582,03. Destacam-se as subfunções de abastecimento que atingiu em comparação com exercício financeiro de 2014 o percentual de 229,04%, o equivalente ao aumento de R\$ 694.164,18 em seu investimento, destaque-se ainda maior pode se notar na subfunção de Serviços da Dívida Interna que teve seu investimento aumentado em R\$ 1.139.743,84, ou seja, 40,39% a maior.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS

Ressalta-se que, para apuração dos quocientes orçamentários, nas receitas e despesas estão deduzidas as transferências constitucionais e legais e a dedução para o FUNDEB.

Quadro 15 – Quociente de Realização da Receita

QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Receita Corrente	192.078.749,06	201.431.794,41	1,04
Receita de Capital	12.736.829,00	13.382.686,05	
TOTAL	204.815.578,06	214.814.480,46	

A Receita Realizada em 2015 no valor de R\$ 214.814.480,46 dividido pela Previsão da Receita no valor de R\$ 204.815.578,06, resulta no quociente de receita 1,04, ou seja, a receita realizada foi maior em 4% em relação à receita prevista para o exercício financeiro de 2015, o seja, um aumento real de R\$ 9.998.902,40.

Quadro 16 – Execução orçamentária da despesa

DESPESAS	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	B/A
Despesas Correntes	195.566.120,25	181.403.806,28	-
Despesas de Capital	38.252.972,05	24.807.537,32	-
Reserva de Contingência e Reserva RPPS	9.809.159,76	0,00	-
TOTAL	243.628.252,06	206.211.343,60	84,64%

Em 2015, a Despesas Executada (empenhada) no valor de R\$ 206.211.343,60 dividido pela Dotação Atualizada no valor de R\$ 243.628.252,06 é igual a R\$ 37.416.908,46 que corresponde ao quociente de 84,64%, demonstrando a economia de despesa orçamentária de 15,38% em relação à fixação atualizada da despesa do exercício financeiro de 2015.

Quadro 17 – Quociente de Realização da Receita Corrente x Despesa Empenhada Corrente

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO DA DESPESA	2014	2015
Receita Realizada Corrente	184.414.982,84	201.431.794,41
Despesa Empenhada Corrente	161.853.429,93	181.403.806,28
QUOCIENTE	1,14	1,11

O quociente da execução orçamentária em 2014 foi 1,14, isso demonstra que o período evidenciou superávit em R\$ 22.561.552,91 entre a diferença da Receita Realizada Corrente no valor de R\$ 184.414.982,84 e a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 161.853.429,93. Nota-se que o superávit alcançou percentual de 13,93% entre a Receita Realizada Corrente com a Despesa Empenhada Corrente em 2014.

Já o superávit de R\$ 20.027.985,13 foi entre a diferença da Receitas Realizadas Corrente no valor de R\$ 201.431.794,41 com a Despesa Empenhada Corrente no valor de R\$ 181.403.806,28 atingiu um percentual em 11,04% entre a diferença Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente no exercício de 2015. Se comparado a Receita Realizada Corrente de 2014 com a Receita Arrecadada Corrente de 2015 verifica-se evolução



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



de R\$ 17.016.811,56 em 2015. E ao comparar a Despesa Empenhada Corrente de 2014 com a Despesa Empenhada Corrente de 2015 evoluiu para R\$ 19.550.376,35 em 2014.

Logo o quociente da execução orçamentária obtido é 1,11, isso demonstra que para cada um real de despesas correntes formadas, o município tem capacidade de pagamento de um real e onze centavos, ou seja paga sua dívida e continua em caixa onze centavos.

Quadro 18 - Quociente Receita Arrecada x Despesa Liquidada

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015
Receita Arrecadada	181.049.782,89	200.237.340,92	214.814.480,46
Despesa Liquidada	151.032.939,00	182.075.007,98	206.158.590,01
% DA DESPESA SOBRE A RECEITA	84,91	90,93	95,97

A participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada mostrou no exercício financeiro de 2015, um comprometimento da receita da ordem de 95,97%, conforme demonstrou o quadro 18.

3 - INDICADORES GERENCIAIS DO BALANÇO CONSOLIDADO

A estruturação destes indicadores tem por objetivo promover uma visão ampla sobre a gestão de forma sintetizada dos resultados da gestão de orçamento, financeira e patrimonial. As informações aqui apresentadas foram extraídas do Balanço Consolidado do exercício de 2015, apresentado pela Coordenadoria Geral de Contabilidade do Município.

Quadro 19 - Indicadores gerenciais do Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Arrecada	214.814.480,46	1,04
Despesa Executada	206.211.343,60	

O quociente obtido de 1,04 demonstra um superávit orçamentário, indicando equilíbrio na capacidade de executar o orçamento, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada, o município arrecadou R\$ 1,04.

Quadro 20 - Autonomia Financeira

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR X100
Receita Tributária Própria	35.432.720,89	19,53
Despesas Correntes	181.403.806,28	

Este indicador demonstra que a capacidade do Município em se manter com recursos próprios, ou seja, oriundos de sua atividade tributária, é de 19,53%, percebe-se que quase na totalidade as transferências governamentais são utilizadas para este fim com percentual de 80,47%.

Quadro 21 - Grau de Investimento

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR X100
Investimentos	22.846.201,70	10,63
Receita Total	214.814.480,46	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



No contexto orçamentário os investimentos públicos correspondem a 10,63% da receita total do Município, evidenciando que o restante da receita arrecada foi utilizada para cobertura de gastos de custeio.

Quadro 22 – Proporção dos investimento x Despesa Total

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR X100
Investimentos	22.846.201,70	11,07
Despesa Total	206.211.343,60	

Neste demonstrativo vê-se que 11,07% do total da despesa pública realizada correspondem a gastos com investimentos, comparando este quadro com o quadro 15, tem-se um ponto positivo da utilização de receitas correntes para financiar despesas de capital.

Quadro 23 - Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	181.403.806,28	0,90
Receitas Correntes	201.431.794,41	

O quadro 23 indica que, de cada R\$ 1,00 da receita corrente, R\$ 0,90 centavos são gastos com o funcionamento da máquina administrativa.

Quadro 24 - Liquidez Imediata Consolidada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Caixa e Bancos	62.706.322,77	12,70
Passivo Financeiro	4.934.785,08	

O índice de liquidez imediata, revela perspectivas favoráveis à solvência dos compromissos assumidos a curto prazo pelo Município, pois, de cada R\$ 1,00 de dívida o Município dispõe de R\$ 12,70.

Quadro 25 - Liquidez Imediata Individualizada

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Caixa e Bancos	29.816.233,83	6,04
Passivo Financeiro	4.934.785,08	

Mesmo o Município sendo analisado isoladamente demonstra que possui capacidade de solvência das dívidas assumidas a curto prazo, pois para cada R\$ 1,00 de dívida formado a curto prazo o Município dispõe de R\$ 6,04 para seu pagamento.

Quadro 26 - Esforço Tributário Próprio

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	INDICADOR X100
Receita Tributária Própria	35.432.720,89	24,73
Transferências Constitucionais Tributárias	143.263.719,13	

Comprova-se neste demonstrativo o esforço do Município em sentido de arrecadar seus próprios tributos, no percentual de 24,73%. Sendo bom em relação aos recursos oriundos das transferências constitucionais, que em ultima instancia garantem uma boa participação da arrecadação Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 27 - Carga Tributária Per Capita

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Receita Tributária	35.432.720,89	271,68
População do município	130.419	

O valor apurado no quadro 27, no que se refere ao esforço próprio para arrecadação da receita, indica, teoricamente, que cada munícipe contribui com a quantia de R\$ 271,68 em favor do fisco municipal. Ao se comparar o quociente obtido no exercício financeiro de 2014 de 260,37, nota-se uma evolução de 4,34%.

Quadro 28 - Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por cidadão

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	QUOCIENTE
Despesas Correntes	181.403.806,28	1.390,93
População do Município	130.419	

Ao observar o índice obtido, revela teoricamente que, cada munícipe arcaria anualmente com R\$ 1.390,93 para manter em operação as atividades da máquina administrativa municipal, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos. Na comparação com exercício financeiro de 2014 com índice de R\$ 1.252,33, percebe-se evolução de 11,06%.

Quadro 29 - Investimento por Habitante

Discriminação	Valor R\$	Indicador
Investimentos	22.898.955,29	174,57
População do Município	130.419	

O indicador obtido no quadro 29 demonstra que, na hipótese de que todos os investimentos públicos fossem aplicados diretamente em prol da sociedade, cada cidadão que contribuiu com R\$ 271,68, conforme quadro 27, recebeu em contrapartida o valor de R\$ 174,57 de retorno de investimento.

4 - ANÁLISE DO BALANÇO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem, espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Contem também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, dotação atualizada para exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



A receita prevista no orçamento foi de R\$ 204.815.578,06 e ao final do exercício a receita arrecada foi de R\$ 214.814.480,46, o confronto entre a receita prevista e a receita arrecadada mostra um superávit de arrecadação no montante R\$ 9.998.902,40.

A despesa fixada no orçamento foi de R\$ 204.815.578,06 e os créditos adicionais que causaram aumento na despesa autorizada perfazem o montante de R\$ 99.066.155,60, deduzidas as anulações de R\$ 60.253.481,60, resulta em uma despesa autorizada de R\$ 243.628.252,06, sendo a despesa realizada ao final do exercício de R\$ 206.211.343,60.

Comparando a receita inicialmente prevista de R\$ 204.815.578,06 com a despesa autorizada no final do exercício, no valor de R\$ 243.628.252,06, verifica-se um déficit de previsão orçamentária no montante de R\$ 38.812.674,00. Porém ao confrontar a receita arrecada no valor de R\$ 214.814.480,46, e a despesa realizada no montante de R\$ 206.211.343,60 demonstra um superávit no resultado orçamentário de R\$ 8.603.136,86.

Logo se constata que o Município encontra-se em situação superavitária, pois as receitas arrecadas superam as despesas empenhadas em R\$ 8.603.136,86.

ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária, conjugados com os saldos disponíveis proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As contas registradas nesta peça contábil apresentam as seguintes movimentações:

Quadro 30 - Restos a pagar

Saldo do exercício anterior	7.523.049,43
Inscrição	4.134.654,02
Pagamento	7.202.844,04
Cancelamento	320.205,39
Saldo para o exercício seguinte	4.134.654,02

A movimentação desta conta, registrado no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante. Percebe-se que os restos a pagar inscritos no exercício financeiro de 2014 no valor de R\$ 7.523.049,43, o valor de R\$ 7.202.844,04 foram pagos em 2015 e o valor de R\$ 320.205,39 foram cancelados, sendo totalmente baixados em 2015.

Quadro 31 - Depósitos

Saldo do exercício anterior	15.047,32
Inscrição	27.206.279,54
Pagamento	26.300.367,50
Saldo para o exercício seguinte	920.959,36



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



A movimentação desta conta no Balanço Financeiro fechou com saldo de R\$ 920.959,36. Ressalta-se que os valores de inscrição e baixa constante no Balanço Financeiro divergem dos valores contido no Anexo 17.

Quadro 32 - Variação do Saldo Patrimonial Financeiro

ELEMENTOS	EM 31/12/2014	EM 31/12/2015	VARIÇÕES
Ativo Financeiro	124.343.180,39	131.007.813,36	6.664.632,97
Passivo Financeiro	7.538.096,75	4.934.785,08	-2.603.311,67
Saldo Patrimonial Financeiro	116.805.083,64	126.073.028,28	9.267.944,64

O confronto entre o Ativo Financeiro (caixa e equivalente de caixa) e passivo financeiro (Restos a Pagar) do exercício de 2015 demonstra um superávit financeiro de R\$ 126.073.028,28. Em relação ao exercício anterior, o saldo financeiro aumentou em R\$ 9.267.944,64.

Cabe ressaltar que do montante de R\$ 126.073.028,28, o valor de R\$ 101.191.579,53, pertencem ao Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná, dessa forma, as disponibilidades da Prefeitura em 31/12/2015 correspondiam a R\$ 29.816.233,83, deduzindo o passivo financeiro de R\$ 4.934.785,08 obtém-se o resultado de R\$ 24.881.448,75.

Sendo assim, desconsiderando o ativo financeiro do Fundo de Previdência Social do Município, a Prefeitura ao final do exercício de 2015 apresentou superávit financeiro no montante de R\$ 24.881.448,75.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa qualitativa e quantitativamente o Patrimônio da Entidade, demonstrando a situação dos bens.

Quadro 33 - Demonstrativo Consolidado

ELEMENTOS	EM 31/12/2015
Ativo Financeiro	133.094.298,52
Passivo Financeiro	4.934.785,08
Saldo Patrimonial Financeiro	128.159.513,44

Quadro 34 - Demonstrativo Individualizado

ELEMENTOS	NO FIM DE 2014
Ativo Financeiro	29.816.233,83
Passivo Financeiro	4.934.785,08
Saldo Patrimonial Financeiro	24.881.448,75

Quadro 35 - Situação financeira do município

2014		
Ativo Financeiro	124.343.180,39	16,50
Passivo Financeiro	7.538.096,75	
2015		
Ativo Financeiro	133.094.298,52	26,97
Passivo Financeiro	4.934.785,08	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 36 - Situação financeira individualizada do Município

Ativo Financeiro	29.816.233,83	6,04
Passivo Financeiro	4.934.785,08	

No exercício de 2015, a entidade contabilizou uma dívida de R\$ 4.934.785,08, enquanto as informações de caixa e equivalente de caixa eram da ordem de R\$ 29.816.233,83. O coeficiente de liquidez imediata revela que para cada R\$ 1,00 real da dívida, a Prefeitura dispõe de R\$ 6,04 reais.

Quadro 37 - O coeficiente econômico do Município

Passivo Real	184.435.651,46	39,90%
Ativo Real	462.222.593,96	

O índice encontrado demonstra que as dívidas do Município no exercício de 2015 representam 39,90%, do Patrimônio ou Ativo Real.

Quadro 38 - Liquidez Imediata

Disponibilidades de Caixa	62.706.322,77	8,28
Passivo Circulante	7.567.365,84	

O quociente obtido de 8,28, sendo Disponibilidade de Caixa no valor de R\$ 62.706.322,77 dividido pelo Passivo Circulante no valor de R\$ 7.567.365,84. Isso demonstra que o Município possui considerável folga para uma possível liquidação imediata das obrigações assumidas a curto prazo, ou seja, para cada real de dívida que possui tem-se disponível em caixa R\$ 8,28 para seu pagamento.

Quadro 39 - Liquidez Corrente

Ativo Circulante	134.440.107,71	17,76
Passivo Circulante	7.567.365,84	

Por este critério foram analisados todo Ativo Circulante (disponível, aplicações, estoque), dividido pelo Passivo Circulante para se obter o quociente de 17,76, ou seja, para cada um real que o Município possui de obrigações a curto prazo ele pode se dispor de 17,76, um índice consideravelmente bom.

Quadro 40 - Liquidez Seca

Disponibilidades de Caixa + Créditos a Curto Prazo	133.098.225,81	17,59
Passivo Circulante	7.567.365,84	

Neste aspecto são considerados o Ativo Financeiro, ou seja, Ativo Circulante exceto estoque, dividido pelo Passivo Circulante, no qual se observa o coeficiente de 17,59, observa-se que o Município possui boas disponibilidades para fazer funcionar a máquina pública.

Quadro 41 - Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo	338.196.882,11	1,83
Passivo Total	184.435.651,46	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O índice obtido de 1,83, demonstra que o Município possui condições de pagar suas dívidas totais, mesmo aquelas de longo prazo, com os recurso que possui em seu Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo.

Quadro 42 - Índice de Solvência

Ativo circulante + Ativo Não Circulante	462.222.593,96	2,51
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	184.435.651,46	

O índice apurado para o exercício mostra-se favorável ao Município vez que, caso o necessite de liquidar suas obrigações o faria e ainda continuaria com 1,51 em bens e direitos, o que mostra satisfatória gestão.

Quadro 43 - Endividamento Geral

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	184.435.651,46	0,39
Ativo Total	462.222.593,96	

Ao se analisar o índice obtido denota-se que o Município esta investindo de forma satisfatória seus recursos uma vez que para cada real de bens e direitos que o Município possui apenas R\$ 0,39 centavos são obrigações.

Quadro 44 - Composição do Endividamento

Passivo Circulante	7.567.365,84	0,04
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	184.435.651,46	

O quadro 44, demonstra que cada um real de dívidas que o Município possui R\$ 0,04 centavos está em curto prazo, sendo os outros noventa e seis centavos alocados a longo prazo. O que é um índice bom para o Município que tem suas disponibilidades para investimento imediato.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais, verifica-se que o reflexo do Resultado Patrimonial do exercício na situação líquida inicial, resultou no Saldo Patrimonial seguinte:

Quadro 45 – Saldo Patrimonial

Patrimônio Líquido do exercício anterior	213.767.251,31	277.786.942,50
(+) Superávit Patrimonial do Exercício	48.862.637,27	
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	15.157.053,92	

O saldo Patrimonial de 2014 no valor de R\$ 213.767.251,31, somado ao Resultado Patrimonial do Exercício Atual no valor de R\$ 48.862.637,27, somado ao Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 15.157.053,92, obtém um Patrimônio Líquido no valor de R\$ 277.786.942,50.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O valor referente a Ajustes de Exercícios Anteriores são compostos por correção monetária da Dívida Ativa do Município de exercícios anteriores, saldo financeiro implantado através da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Ji-Paraná e Carta de Precatório, conforme nota explicativa n.º 16 contida no anexo 14 do Balanço. Constata-se que, DVP coligida ao balanço fora elaborada de forma sintetizada, comprometendo maior nível de entendimento, o qual seria possível se tivesse sido elaborada de forma analítica.

DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada compreende as obrigações decorrente de financiamentos e representam compromissos assumidos em um exercício para resgate em exercícios subsequentes.

Quadro 46 – Dívida Fundada

Saldo do Exercício Anterior	15.253.103,48
(+) Inscrição	41.150.140,24
(-) Baixa	-16.279.519,67
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	40.123.724,05

Observa-se no quadro 46, variação positiva da dívida, o que demonstra um aumento real de R\$ 24.870.620,57, isso devido à inscrição de R\$ 30.827.362,14 de precatórios, saldo 425,85% maior do que em 31/12/2014.

Quadro 47 - Dívida Fundada em valores absolutos e a sua participação na receita arrecada

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
	VALOR R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
Saldo da Dívida Fundada para o Exercício Seguinte	17.313.574,03	15.253.103,48	40.123.724,05
Receita Arrecadada	181.049.787,89	200.237.340,92	214.814.480,46
% da Dívida Fundada em relação à Receita Arrecada	9,56%	7,62%	18,67%

Nota-se que a dívida fundada do Município aumentou significativamente, conforme se observa no quadro 47, na comparação do exercício financeiro de 2013 com dívida no valor de R\$ 17.313.574,03, com o exercício de 2014 com dívida no valor de R\$ 15.253.103,48, houve uma diminuição no valor da dívida de R\$ 2.060.470,55 o que corresponde a um percentual de diminuição de 11,90%.

Na comparação entre o exercício de 2014 com dívida no valor de R\$ 15.253.103,48, com o exercício de 2015 com dívida no valor de R\$ 40.123.724,05, houve aumento na dívida fundada no valor de R\$ 24.870.620,57, o que equivale a um aumento real de 163,05%.

Observa-se no Demonstrativo da Dívida Fundada que as operações de créditos registradas no valor de R\$ 1.757.140,14 divergem do valor contratual, não coagulam com as



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



proposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 5ª edição Parte III Procedimentos Contábeis Específicos página 53, que tratam de operação de Créditos Contratuais, vez que o mesmo indica o registro pelo valor total. Nota-se que o Demonstrativo de dívida Fundada fora elaborado de forma sintetizada, comprometendo assim o maior grau de entendimento.

DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida Flutuante que compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviços da dívida a pagar, restos a pagar e outras dívidas a curto prazo, bem como as operações por antecipação da receita apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 48 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Saldo do Exercício Anterior	7.538.096,75
(+) Inscrição	31.942.643,60
(-) Baixa	-34.545.955,27
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	4.934.785,08

Observar que o saldo da dívida flutuante diminui em relação a inscrita no exercício anterior em um montante de R\$ 2.603.311,67. Em valores nominais, a situação da Dívida Flutuante, nos três últimos exercícios, bem como a sua participação em relação ao ativo financeiro, é a seguinte:

Quadro 49 – Comparação da Dívida Flutuante entre 2013-2015

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
	VALOR R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
Saldo da Dívida Flutuante para o Exercício Seguinte	12.546.204,74	7.538.096,75	4.934.785,08
Ativo financeiro no Final do Exercício	114.713.187,72	124.343.180,39	133.094.298,52
% da Dívida Flutuante em relação ao Ativo Financeiro	10,94%	6,06%	3,70%

Constata se que a dívida flutuante inscrita para o exercício seguinte corresponde a um percentual de 3,70%, isso significa que para cada real de dívida formado o Município dispõe de R\$ 26,97.

Constata-se que não estão registrados os encargos da dívida no Demonstrativo de Dívida Flutuante, e que o mesmo foi elaborado de forma sintética comprometendo assim maior grau de entendimento.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de Fluxo de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da Gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.



Quadro 50 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa líquido das Operações	30.823.821,61
Fluxo de Caixa líquido dos Investimentos	-24.184.246,65
Fluxo de Caixa líquido dos Financiamentos	-1.104.628,12
Geração Líquida de Caixa	5.534.946,84

Examinando a Demonstração apresentada, verifica-se que o Município no decorrer do exercício financeiro de 2015 apresentou geração líquida de caixa positiva no valor de R\$ 5.534.946,84, indicando condições favoráveis às finanças públicas.

5 - INDICADORES CONSTITUCIONAIS

5.1. EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), publicado bimestralmente pelo Poder Executivo Municipal, apresenta os recursos públicos provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas destinadas à educação, as despesas com MDE por vinculação de receita, além dos acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

Conforme disposto no art. 212, caput da Constituição Federal, os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais provenientes de impostos, em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parte dos recursos a serem aplicados em MDE pelos Municípios deverá ser destinada à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos profissionais do magistério, conforme o preconizado no art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Tal destinação é assegurada mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), previsto no art. 60, I, do ADCT e criado pela Lei Federal nº 11.494/2007. No âmbito municipal, a educação básica contempla os ensinos fundamentais e médio (incluídos a Educação de jovens e Adultos, a Educação Especial e o Ensino Profissionalizante integrado).

Desta forma, para fins de apuração do percentual constitucional de 25%, são considerados os recursos totais provenientes da Receita Líquida de impostos destinados à MDE. Estes recursos são constituídos pela parcela destinada ao FUNDEB e pelos demais recursos provenientes de impostos aplicados na MDE. O presente relatório tem por objetivo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



relatar os indicadores contábeis pertinentes à MDE no município, tomando por base todos os recursos destinados ao Ensino no exercício de 2015.

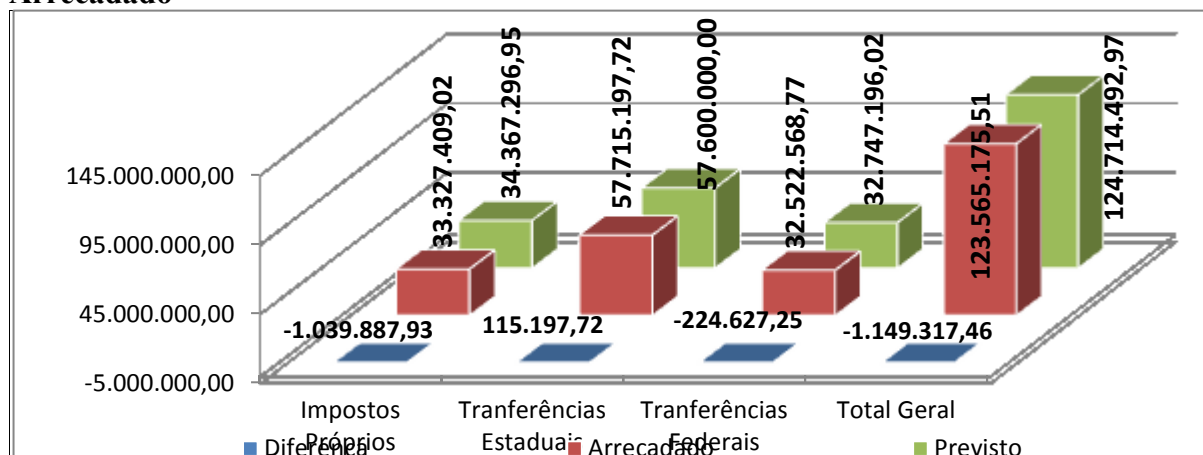
INDICADORES DAS AÇÕES COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Quadro 51 – Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1 – Impostos Próprios - Educação	33.327.409,02
IPTU	3.663.125,44
IRRF	6.373.151,09
ISSQN	17.603.307,06
ITBI	2.563.689,27
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Impostos (principal, correção monetária, multas e juros)	3.124.136,16
2 – Transferências – Participação na Receita dos Estados – Educação	57.715.197,72
Cota Parte do ICMS	46.226.767,88
Cota Parte do IPVA	11.488.429,84
3 – Transferências – Participação na Receita da União - Educação	32.522.568,77
Cota Parte do FPM	31.907.264,25
Transferências Financeiras – Lei Complementar nº 87/96	69.347,54
Cota Parte do ITR	286.622,50
Cota Parte do IPI Exportação	259.334,48
4 – Total Geral de Impostos e Transferências – Educação (itens 1+2+3)	123.565.175,51
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos e Transferências	30.891.293,88

Fonte: Anexo 01 – Instrução Normativa nº 022/2007 – TCERO

Gráfico 03 – Comparativo da Receita de Impostos e Transferências Previstas x Arrecadado



Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada – Anexo do TC-04

Quadro 52 – Aplicação de Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção do Ensino - 2015

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1 – Contribuição ao FUNDEB (retenção de FPM, ICMS, IPI exportação, e ICMS desoneração e do IPVA e ITR) art. 3º, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 11.494/07	17.710.946,35
2 – Despesas da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino pagas no exercício, em conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 c/c a com Decisão nº 74/97, Sumula nº 001/TCER-1999 e art. 4º da Instrução Normativa nº 22/TCER-2007. Anexo II e IIIA	14.629.149,72
4 – Total das Despesas (Itens 1+2+3)	32.340.096,07
5 – Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e transferências constitucionais, art. 212 da Constituição Federal (valor total da despesa consideradas, item 4 dividido pelo item 4 do quadro anterior x 100) (TD/RI = % aplicado)	26,17%

Fonte: Anexo 2: Receita segundo as Categorias Econômicas e Demonstrativos de Aplicação na Educação

- As deduções para a formação do FUNDEB devem ser consideradas para efeito de aplicação dos 25% da educação, conforme disposto no inciso I do art. 1º da Lei Federal nº 11.494/07.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Como é possível observar nos quadros 51 e 52 no gráfico 3, o Município cumpriu satisfatoriamente o que estabelece a legislação, obtendo percentual de investimento com recursos próprios em educação de 26,17% o que equivale a R\$32.340.096,07.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM O FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

As aplicações das receitas provenientes do FUNDEB em gastos com Remuneração dos Profissionais do Magistério e Outras Despesas do Ensino Básico (art. 60 dos ADCT da Constituição Federal c/c as determinações constantes da Lei Federal nº 11.494/07), são assim demonstradas:

Quadro 53- Demonstrativo das Aplicações das Receitas Provenientes do FUNDEB

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
1 – RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB		
1.1 – Contribuição do Município para formação do FUNDEB	17.710.946,35	84,27%
1.2 – Aplicações Financeiras com recursos do FUNDEB	58.175,61	0,23%
1.3 – Superávit Verificado no Recebimento de Recursos do FUNDEB	3.585.415,99	15,50%
1.4 – Total de recursos recebidos no FUNDEB	21.354.537,95	100%
2. RECEITA A CONSIDERAR		
2.1 – Valorização do Magistério (mínimo de 60%)	12.812.722,77	60%
2.2 – Outras Despesas do FUNDEB (máximo de 40%)	8.541.815,18	40%
3. DESPESAS CERTIFICADAS (PAGAS) – art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96	21.354.537,95	-
3.1 – Remuneração e Valorização do Magistério (60%) Anexo VIII A	15.682.416,11	73,44%
3.2 – Outras Despesas do FUNDEB (40%) Anexo	5.591.945,56	26,19%
3.3 Total de Despesas Pagas - FUNDEB	21.274.361,67	
4. – Saldo em Caixa recebido em 31/12/2015	80.176,28	0,37%
4 – TOTAL GERAL DO GASTO NO FUNDEB (Itens 3.1+3.2)	21.354.537,95	100 %

A Receita do FUNDEB foi composta da seguinte forma:

Receita Recebida do FUNDEB	21.354.537,95
20% retido do FPM/ICMS/IPI/Lei Kandir e 20% do IPVA/ITR	17.710.362,34
Superávit no FUNDEB em relação aos recursos retidos para o Fundo	3.585.415,99

O Município registrou ganho do FUNDEB no valor de R\$ 3.585.415,99, em relação aos recursos retidos para a formação do Fundo.

O Município registrou a receita recebida no FPM no montante de 31.907.264,25 coincide com o montante informado pelo Governo Federal, através do site www.bb.com.br.

O Município registrou a receita recebida no FUNDEB, no montante de R\$ 21.354.537,95, que coincide com o monte informado pelo Governo Federal, através site www.bb.com.br conforme apresentado no Anexo TC-04 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

5.2. DOS RECURSOS INVESTIDO EM SAÚDE

A Emenda Constitucional nº 29 (EC-29) determina a parcela mínima das receitas de cada ente da federação a ser aplicada na área de saúde. Para os municípios, estipula que



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



devam dedicar, respectivamente, um mínimo de 15% de suas receitas anuais para o financiamento à saúde. A EC-29 foi regulamentada apenas em 2012, através da Lei Complementar nº 141, que trata de especificar de forma mais detalhada quais tipos de gastos são considerados como da área da saúde.

Para o Município, a base para o cálculo dos 15% sobre a receita composta pela soma de cinco fontes:

1. Impostos Municipais (ISS – sobre serviços de qualquer natureza; IPTU – sobre a propriedade predial e territorial urbana; ITBI – sobre a transmissão de bens imóveis);
2. Transferências da União (cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); cota-parte do ITR; transferências da Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir);
3. Imposto de renda retido na fonte;
4. Transferências do Estado (cota-parte do ICMS; cota parte do IPVA; cota-parte do IPI - Exportação);
5. Outras Receitas Correntes (receita da dívida ativa de impostos, multas, juros e correção monetária de impostos);

Quadro 54 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Municipais em Ações e Serviços Públicos de Saúde – SIOPS – 2015

ITENS	EXECUTADO
A) Receita de Impostos – Vinculada conforme a LC 141/2012 – em R\$	123.565.175,51
B) Despesas Liquidada com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	24.390.884,07
C) Despesa Paga com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde – em R\$	24.276.184,00
D) Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde	59.007.978,00
E) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (D=B/AX100)	19,74%
F) Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde – em % (E=C/AX100)	19,65%
G) Previsão de Habitantes estimados para 2014 – Fonte IBGE	130.419
H) Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde por Habitante – em R\$ (H=D/G)*100	452,45
I) Despesa com Recursos Próprios em Ações e Serviços Saúde por habitantes – em R\$ (I= B/G)*100	187,02

Fonte: SIOPS 6º Bimestre/2015 e IBGE

No exercício de 2015, o Município investiu pela despesa liquidada em ações e serviços públicos de saúde o valor de R\$ 24.390.884,07, que dividido pela Receita Líquida de Impostos (RLI) no valor de R\$ 123.565.175,51 corresponde ao percentual de 19,74%. Verificando a despesa paga em ações e serviços públicos de saúde o valor aplicado foi de R\$ 23.742.537,55 que dividido pela Receita Líquida de Impostos (RLI) no valor de R\$ 123.565.175,51 corresponde ao percentual de 19,65%.

Percebe-se pelos dados apresentados que o montante pago pelo município equivale a 41,33%, ou seja, para cada R\$ 100,00 (cem reais) gastos com saúde o município paga R\$ 41,33, ficando os outros 58,67% a cargo da união e estado.

Nota se que o Município investiu em saúde o montante R\$ 59.007.978,00, considerando os recursos próprios e os recebidos em convênios, isso demonstra que a despesa com saúde per capita alcançou o valor de R\$ 452,45, aumento em 9,53% comparado ao exercício anterior que foi de R\$ 413,08. Ao considerar os recursos próprios de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



R\$ 24.390.884,07, o Município teve uma despesa por habitante de R\$187,02. Neste contexto o Município cumpriu a determinação legal com investimentos acima do limite mínimo estabelecido pela lei.

Quadro 55 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Municipais em Ações e Serviços Públicos de Saúde – SIOPS – 2013 a 2015

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE			
ANO	2013	2014	2015
Receita Impostos – Vinculada conforme a EC 29/2000	106.037.014,24	115.088.505,16	123.565.175,51
Despesa com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde	24.002.587,57	24.113.526,83	24.390.884,07
Recursos Próprios aplicados em Ações e Serviços de Saúde%	22,64%	20,95%	19,74%
% mínimo a aplicar	15,00%	15,00%	15,00%
Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde por Habitante	351,31	413,08	452,45
Despesa Total com Recursos Próprios em Ações e Serviços de Saúde por Habitante	187,48	186,58	187,02

Fonte: SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

O quadro 55 demonstra que, o Município nos três exercícios financeiros cumpriu satisfatoriamente o que estabelece a legislação, obtendo respectivamente os percentuais de aplicação com recursos próprios em saúde de 22,64%, 20,95 e 19,74%, índices estes acima do percentual exigido.

Indicador da Receita

Quadro 56 - Participação % da Receita de Impostos na Receita Total do Município, excluídas as deduções

RECEITA	RECEITA REALIZADA
ITR	0,00
IPTU	3.663.125,44
IRRF	6.373.151,09
ITBI	2.563.689,27
ISSQN	17.603.307,06
Multas e Juros de Mora de Impostos	387.341,87
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	1.056.293,42
Dívida Ativa de Impostos	1.680.500,87
TOTAL	33.327.409,02
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada –TCE-RO-Anexo 04

O resultado indica que, do total das receitas arrecadadas na fonte (receita de impostos municipais) pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 no exercício de 2015, estão vinculadas a Saúde R\$ 33.327.409,02 das receitas próprias, correspondendo ao percentual de 15,51% do total geral da arrecadação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 57 - Participação % das transferências da União

RECEITA	RECEITA REALIZADA
Cota Parte FPM	31.907.264,25
Cota Parte do ITR	286.622,50
Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir	69.347,54
TOTAL	32.263.234,29
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

O quadro 57 demonstra que, do total das Receitas Arrecadadas na fonte (participação na Receita da União) pelo Município agrupada na categoria perfaz-se o valor de R\$ 214.814.480,46 no exercício de 2015, R\$ 32.263.234,29 do total das transferências da União, foram vinculados a Saúde correspondendo ao percentual de 15,02% do total geral da arrecadação.

Quadro 58 - Participação % das transferências do Estado

RECEITA	RECEITA REALIZADA
Cota Parte do ICMS (100%)	46.226.767,88
Cota Parte do IPVA	11.488.429,84
Cota Parte do IPI – Exportação (100%)	259.334,48
TOTAL	57.974.532,20
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada TCERO - Anexo 04

O resultado mostra que, do total das Receitas Arrecadadas pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 do exercício de 2015, estão vinculados a Saúde R\$ 57.974.532,20 do total das receitas, correspondendo ao percentual de 26,99% do total geral da arrecadação de 2015.

Ao analisar os quadros 56, 57, e 58, constata-se que as receitas vinculadas a Saúde perfazem o montante de R\$ 123.565.175,51, deste montante se extrai o percentual mínimo para aplicação em saúde, ou seja, 15% equivalente a R\$ 18.534.776,33. Porém o Município Investiu R\$ 24.390.884,07 alcançando 19,74%.

Quadro 59 - Participação do Município nas Receitas de Saúde

RECEITA	RECEITA REALIZADA
Receitas Próprias para Saúde	24.390.884,07
TOTAL	24.390.884,07
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O quadro 59, demonstra que, do total das Receitas Arrecadadas pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 no exercício de 2015, R\$ 24.390.884,07 foram vinculados a Saúde correspondendo ao percentual de 11,35% do total geral da arrecadação.

Quadro 60 - Receitas de Transferências de Outras Esferas de Governo SUS para a Saúde

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	RECEITA REALIZADA
Receita de Prestação Serviços (SAI/SIH)	0,00
Atenção Básica	7.821.571,24
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	18.348.702,69
Vigilância em Saúde	1.071.031,31
Assistência Farmacêutica	498.792,82
Gestão do SUS	24.000,00
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	6.016.290,00
Outras Transferências Fundo a Fundo	0,00
Convênios	0,00
Outras Transferências da União	0,00
TOTAL	33.780.388,06
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Ao analisar o quadro 60 observa-se, que do total das Receitas Arrecadadas pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 do exercício de 2015, R\$ 33.780.388,06 do total das transferências da União ligadas ao SUS para a Saúde corresponde ao percentual de 15,73% do total geral da arrecadação de 2015.

Quadro 61 - Receitas de Transferências do Estados para a Saúde

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA A SAÚDE	RECEITA REALIZADA
Receita de Prestação Serviço ao Estado	0,00
Convênios	0,00
Outras Transferências do Estado	370.423,34
TOTAL	370.423,34
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

O resultado indica que, do total das Receitas Arrecadadas pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 do exercício de 2015, R\$ 370.403,34 do total das transferências do Estado ligada ao SUS para a Saúde corresponde ao percentual de 0,17% do total geral da arrecadação de 2015. Isso demonstra que o estado tem uma participação ínfima na receita com Saúde.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



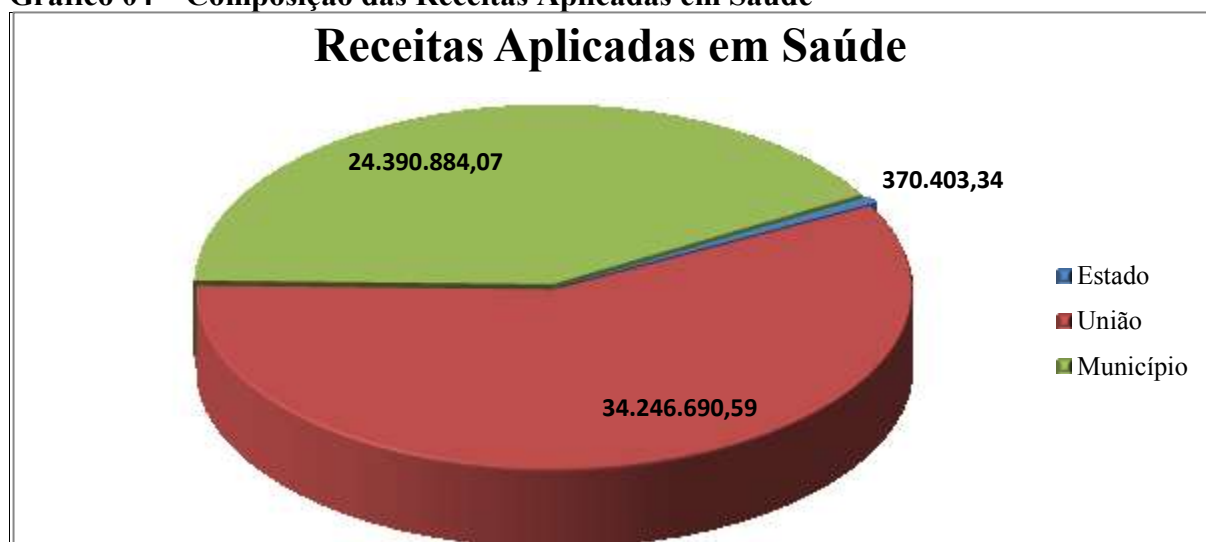
Quadro 62 - Outras Receitas do SUS para a Saúde

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA A SAÚDE	RECEITA REALIZADA
Remuneração de Depósitos Bancários	981.029,72
Receita Prestação de Serviços Instituições Privadas	0,00
Receitas de Outros Serviços de Saúde	0,00
TOTAL	981.029,72
DENOMINADOR	
Receitas Correntes	211.102.454,91
Receitas de Capital	13.382.686,05
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	8.040.285,85
Deduções da Receita Corrente	(17.710.946,35)
TOTAL	214.814.480,46

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Observa-se que, do total das Receitas Arrecadadas pelo Município no valor de R\$ 214.814.480,46 no exercício de 2015, R\$ 981.029,72 do total das transferências de Outras Esferas de Governo SUS para a Saúde correspondendo ao percentual de 0,46% do total geral da arrecadação de 2015.

Gráfico 04 – Composição das Receitas Aplicadas em Saúde



Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

O gráfico 04, demonstra a composição das despesas liquidadas em saúde, no qual a participação da União alcançou o percentual de 58,04%, o Município alcançou o percentual de 41,33%, sendo o Estado com menor participação com percentual de investimento em saúde no Município de 0,63%.

Saldo Financeiro da Saúde

Quadro 63 - Evolução do Saldo Financeiro da Saúde – 2013 a 2015

SALDO FINANCEIRO	2013	2014	2015
Recursos Próprios	553.259,91	447.115,48	120.715,14
Recursos de Convênios	13.537.510,82	12.142.175,36	12.270.278,19
TOTAL	14.090.770,73	12.589.290,84	12.390.993,33

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O resultado indica que, o saldo financeiro total passou de R\$ 14.090.770,73 do exercício de 2013 para R\$ 12.559.290,84 em 2014, caracterizando diminuição do saldo financeiro no montante de R\$ 1.501.479,89.

Por essa ótica valendo-se dos mesmos parâmetros comparando os exercícios de 2014 e 2015, verifica-se diminuição do saldo financeiro em R\$ 198.297,51, o equivalente a 1,57% de diminuição do saldo financeiro, por essa abordagem para o exercício de 2015 constata-se que o Município ampliou os investimentos em saúde valendo-se também de suas reservas financeiras.

Indicador da Despesa

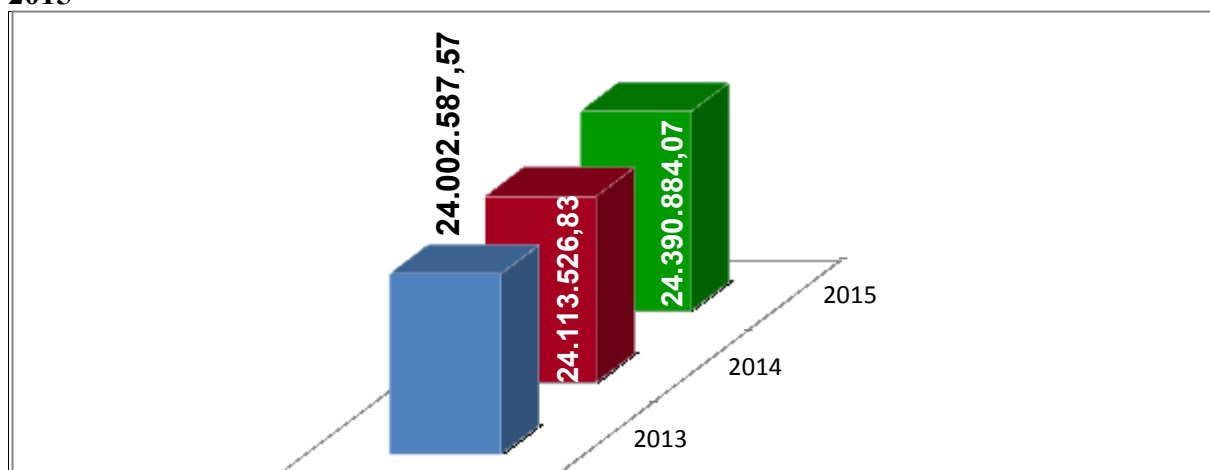
Quadro 64 - Percentual dos Recursos Próprios Aplicados em Saúde no Município – 2013 a 2015

PERÍODOS	DESPESAS COM SAÚDE PARA EFEITO DE CÁLCULO	% APLICADO	CUMPRIMENTO
2013	24.002.587,57	22,64	Cumpriu
2014	24.113.526,83	20,95	Cumpriu
2015	24.390.884,07	19,74	Cumpriu

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Observa-se no quadro 64 que, a aplicação de recursos no Município, manteve-se estável no período em análise. Do período de 2013 a 2014, houve um acréscimo de R\$ 110.939,26 em recursos Próprios aplicados em ações e serviços de saúde. Já em comparação com 2015, houve um acréscimo de R\$ 277.357,24 em recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde.

Gráfico 05 – Evolução dos gastos da saúde com recursos próprios no período de 2013 - 2015



Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde 2013 a 2015

A partir do gráfico 05, percebe-se que o comportamento da evolução das despesas com saúde realizadas com recurso próprio do Município apresentou tendência a aumentar ao longo do tempo, o que mostra uma taxa de crescimento constante nos exercícios analisados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 65 - Gasto Total em Ações e Serviços de Saúde por Habitante (2013 a 2015)

ANO	DESPESA TOTAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESPESA TOTAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS POR HABITANTES
2013	44.976.485,55	351,31
2014	53.387.356,50	413,08
2015	59.007.978,00	452,45

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Públicos em Saúde – 2013 a 2015

Observa-se no quadro 65 que, em relação à despesa total com ações e serviços de saúde o Município aplicou o valor R\$ 44.976.485,55 referente ao exercício de 2013 passando para o valor de R\$ 53.387.356,50 em 2014, correspondendo a aumento de R\$ 8.410.870,95 entre o exercício de 2013 para 2014.

Ao compararmos a despesa total com ações e serviços de saúde de 2014 no valor de R\$ 53.389.356,50 com o exercício de 2015 no valor de R\$ 59.007.978,00 aplicou a maior o valor de R\$ 5.620.621,50 entre o exercício de 2014 para 2015.

Análise da Despesa Total com Ações e Serviços Públicos por Habitante

O Município tem atualmente estimado uma população 130.419 habitantes para 2015 de acordo com IBGE (2015). Isso demonstrou que a despesa Total com Ações e Serviços de Saúde no valor de R\$ 59.007.978,00 dividido pelo número de Habitantes corresponde à despesa executada por habitante o valor de R\$ 452,45. Os gastos com recursos próprios em ações e serviços de Saúde por habitante perfazem o valor de R\$ 187,02, conforme observa-se no quadro 66.

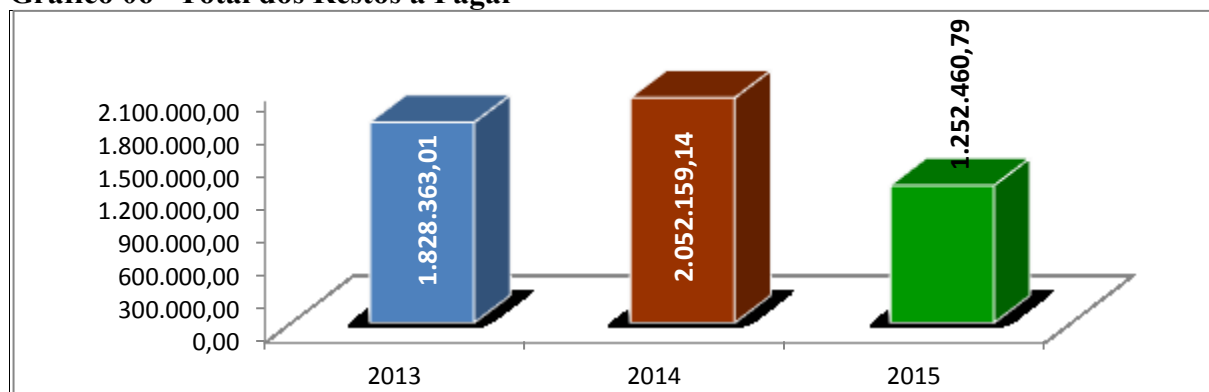
Quadro 66 – Gasto com recursos próprios em Ações e Serviços de Saúde por Habitante

ANO	DESPESA COM RECURSOS PRÓPRIOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	DESPESA COM RECURSOS PRÓPRIOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS POR HABITANTES
2013	24.002.587,57	187,48
2014	24.113.526,83	186,57
2015	24.390.884,07	187,02

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

Evolução dos Restos a Pagar – 2013 a 2015

Gráfico 06 – Total dos Restos a Pagar

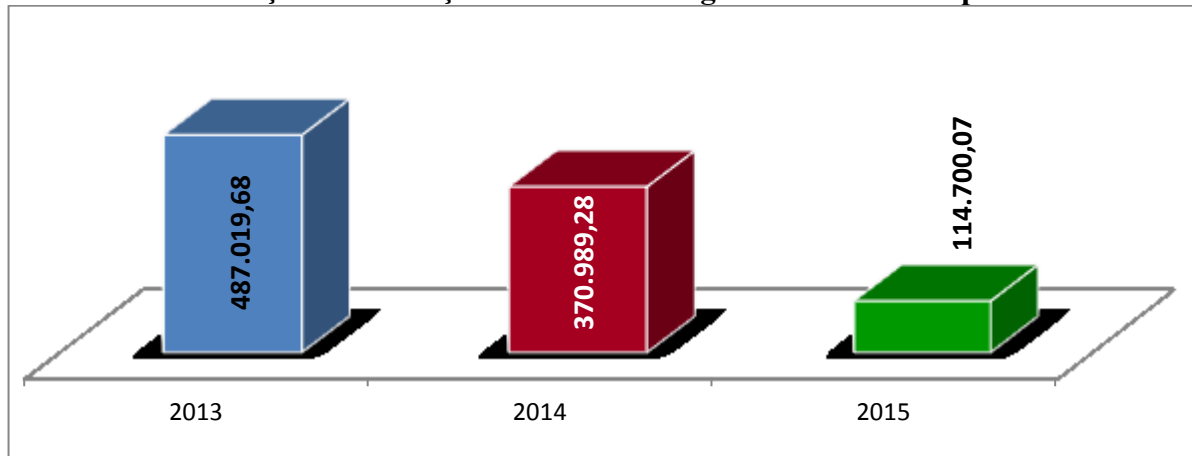


Fontes: SIOPS – 2013 a 2015



O gráfico 06, demonstra uma diminuição do volume de inscrição de restos a pagar (período de 2013-2015). A diminuição dos restos a pagar inscritos, no período, foi na ordem de 31,49%. Em 2013 o valor dos restos a pagar foi no valor de R\$ 1.828.363,01 de reais, já em 2014 esse valor chegou a R\$ 2.052.159,14, tendo um acréscimo em valor de R\$ 223.796,13 entre o exercício de 2013 para 2014. Comparando o exercício de 2014 com exercício de 2015 diminuiu de R\$(799.698,35).

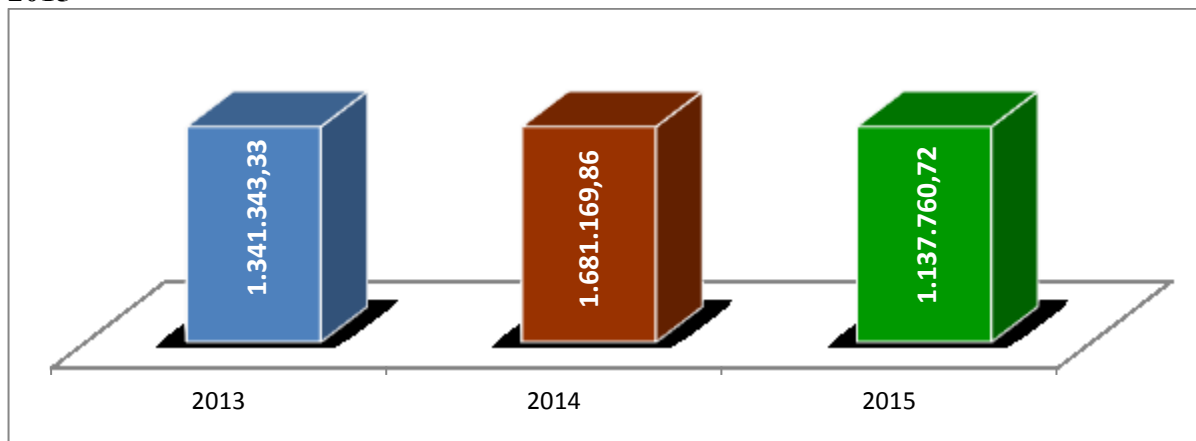
Gráfico 07 – Evolução da Inscrição em Restos a Pagar – Recursos Próprios 2013-2015



Fontes: SIOPS – 2013 a 2015

O gráfico 07, demonstra uma diminuição do volume de inscrição de restos a pagar com recursos próprios (período de 2013-2015). A diminuição dos restos a pagar inscritos, no período, foi da ordem de 76,44%. Em 2013 o valor aproximava-se de R\$ 487.019,68, já em 2014 esse valor passou para R\$ 370.989,28, equivalendo uma diminuição de R\$ 116.030,40, na comparação entre o exercício de 2014 com o valor de R\$ 370.989,28, com o valor de 2015 de R\$ 114.700,07, obtém-se uma queda no valor R\$ 256.289,21 correspondendo a um percentual de diminuição de 69,08%.

Gráfico 08 – Evolução da Inscrição em Restos a Pagar - Outros Recursos (SUS) – 2013-2015

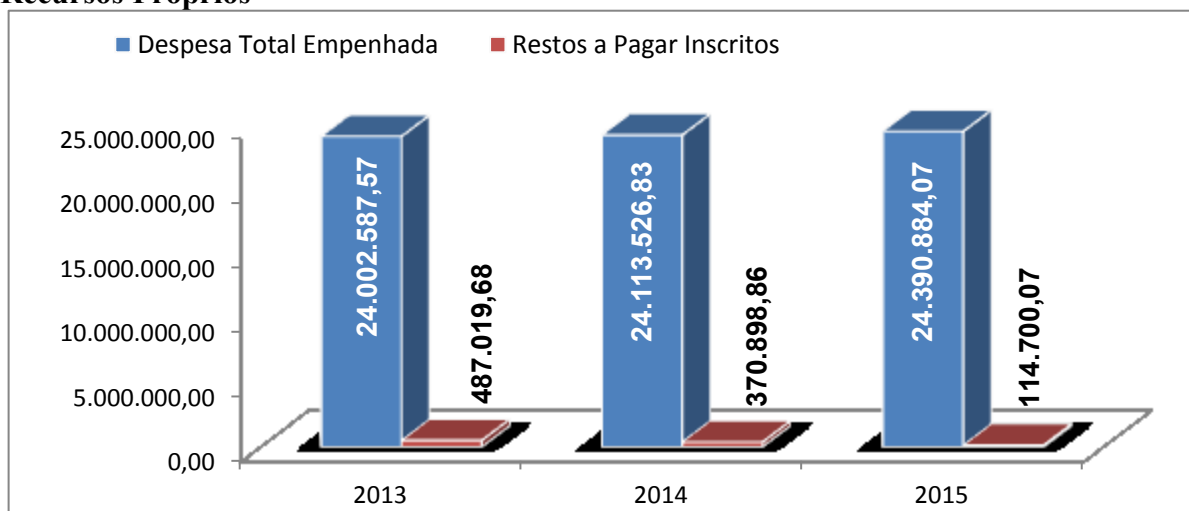


Fontes: SIOPS – 2013 a 2015



O gráfico 08, demonstra a evolução de inscrição de restos a pagar com recursos de transferências do SUS (período de 2013 a 2015). A diminuição dos restos a pagar inscritos, no período, foi da ordem de 15,17%. Em 2013 o valor aproximava-se de R\$ 1.341.343,33, já em 2014 esse valor chegou em R\$ 1.681.169,86, equivalendo a um aumento de R\$ 339.826,53, na comparação do exercício de 2014 no valor de R\$1.681.169,86, com o valor alcançado em 2015 de R\$ 1.137.760,72, nota-se que houve uma diminuição de R\$ 543.409,14 no último exercício.

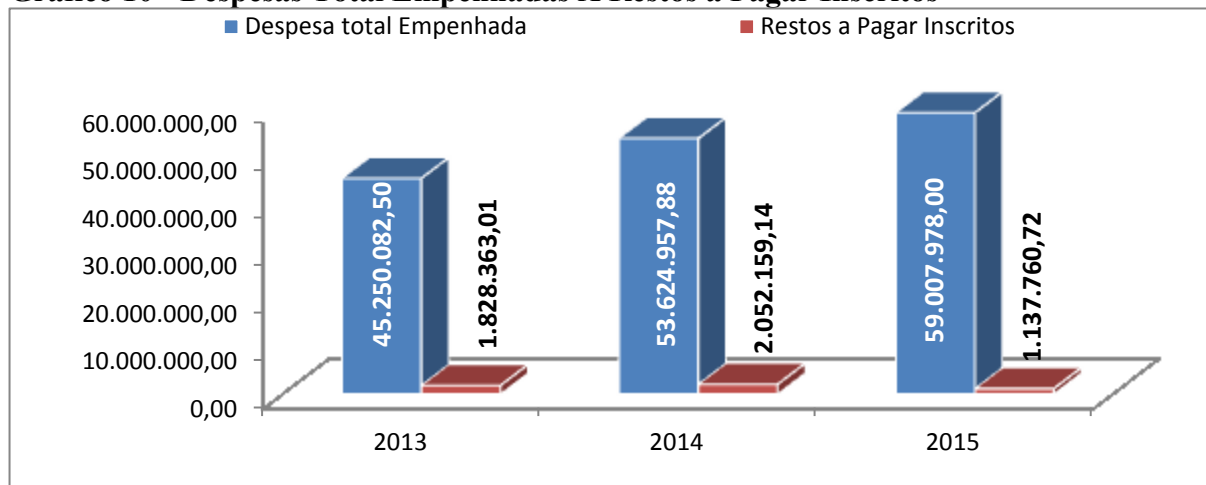
Gráfico 09 - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos X Despesas Empenhadas com Recursos Próprios



Fontes: SIOPS – 2013 a 2015

No gráfico 09, considera-se razão entre o valor total dos restos a pagar inscritos com recursos próprios pelo total das despesas total empenhadas com recursos próprios no período. O volume de despesas empenhadas com recursos próprios nos exercícios de 2013 a 2015 cresceu em 1,61%, proporção bem inferior ao crescimento do volume de restos a pagar inscritos com recursos próprios (76,44%).

Gráfico 10 - Despesas Total Empenhadas X Restos a Pagar Inscritos

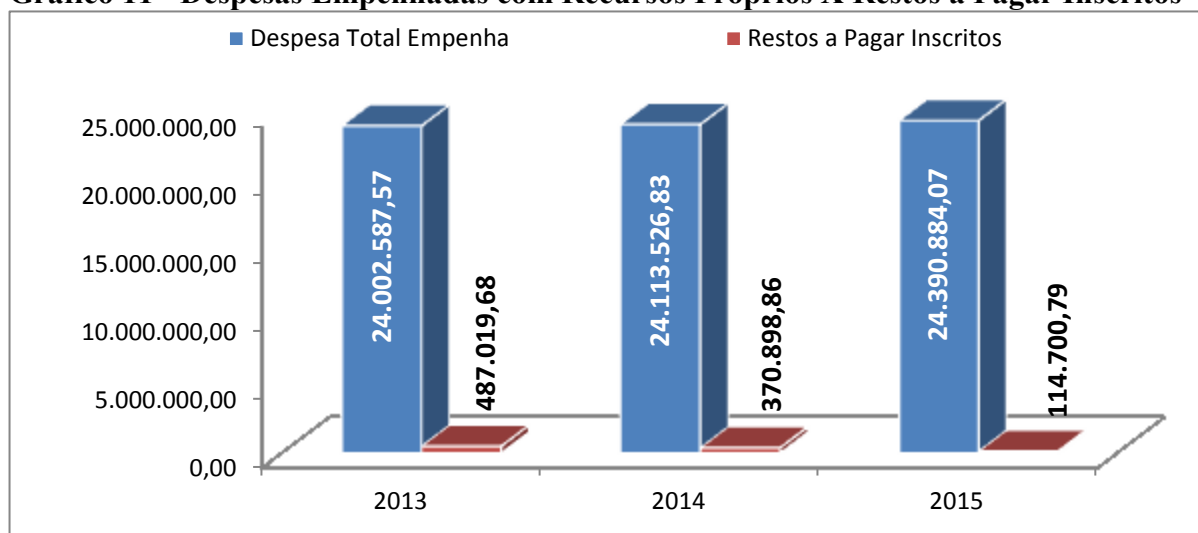


Fontes: SIOPS – 2013 a 2015



Quando analisado o gráfico 10, o total das despesas empenhadas nos três exercícios verifica-se valor de cerca de R\$ 157.883.018,38 acumulados nos períodos de 2013 a 2015 para inscrição total de restos a pagar de cerca de R\$ 5.018.282,87 acumulados nos períodos de 2013 a 2015. Conclui-se que a inscrição de restos a pagar representa aproximadamente 3,17% do total empenhado nos três exercícios.

Gráfico 11 - Despesas Empenhadas com Recursos Próprios X Restos a Pagar Inscritos



Fontes: SIOPS – 2013-20115

Quando analisado o gráfico 11, o total das despesas empenhadas com recursos próprios conclui-se ao valor de cerca de R\$ 72.506.998,47 acumulados nos três exercícios para uma inscrição total de restos a pagar de cerca de R\$ 972.610,33, inscrição que representa aproximadamente 1,34% do total empenhado.

Despesas com Saúde

Quadro 67 – Demonstrativo da Despesas com Saúde por Grupo - 2015

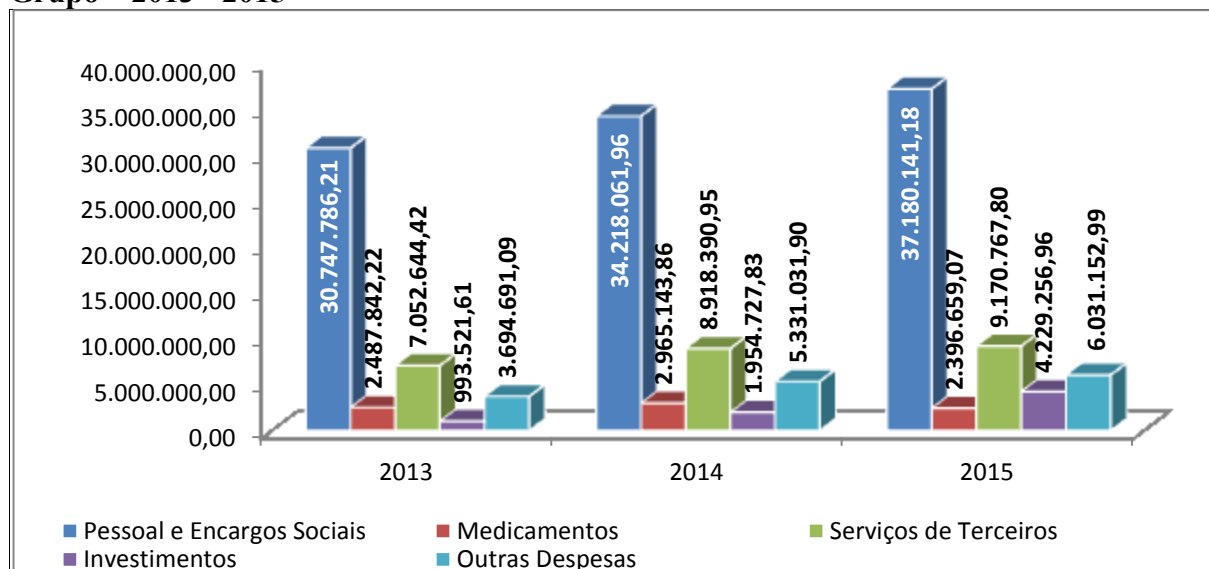
ESPECIFICAÇÃO	2015	%
Pessoal e Encargos Sociais	37.180.141,18	63,01
Medicamentos	2.396.659,07	4,06%
Serviços de Terceiros	9.170.767,80	15,54%
Investimentos	4.229.256,96	7,17%
Outras Despesas	6.031.152,99	10,22%
TOTAL	59.007.978,00	100,00%

Fonte SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde

As despesas Totais com saúde do Município representaram um gasto por habitante de R\$ 452,45 sendo 63,01% com Pessoal e Encargos Sociais. 4,06% com medicamentos, 15,54% com serviços de terceiros Pessoa Jurídica, 7,17% com investimentos e 10,22% com outras despesas.



Gráfico 12 - Evolução das Despesas Total com Ações e Serviços Públicos em Saúde por Grupo – 2013 - 2015



Fonte: SIOPS Anual 2013-2015

O Total da Despesa Aplicada com Pessoal e Encargos Sociais em Ações e Serviços Públicos em Saúde saltou de R\$ 34.218.061,96, em 2014, para R\$ 37.180.141,18, em 2015. O Total da Despesa com Medicamento aplicado em Ações e Serviços Públicos em Saúde saltou de R\$ 2.965.143,86, em 2014, para R\$ 2.396.659,07, em 2015.

O Total da Despesa com Serviços de Terceiros Pessoas Jurídica aplicado em Ações e Serviços Públicos em Saúde saltou de R\$ 8.918.390,95, em 2014, para R\$ 9.170.767,80, em 2015. O Total da Despesa com Investimentos aplicado em Ações e Serviços Públicos em Saúde saltou de R\$ 1.954.727,83, em 2014, para R\$ 4.229.256,96, em 2015. O Total com Outras Despesas aplicado em Ações e Serviços Públicos em Saúde saltou de R\$ 5.331.031,9, em 2014, para R\$ 6.029.137,99, em 2015. A comparação demonstra que houve uma evolução total das despesas em serviços de saúde com percentual alcançado de 10,53% entre 2014 e 2015.

6 - RESULTADO PRIMÁRIO

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Esse demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, que conforme estabelecido no art. 165, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil, o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Município.

O Demonstrativo contém os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário, os saldos de exercícios anteriores, e a discriminação da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

As Receitas Primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

As Despesas Primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

O resultado dessa operação será utilizado para o cálculo do Resultado Primário. O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

O resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

Por esse aspecto a LRF enfatiza que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O quadro 68 demonstra a composição das Receitas no exercício de 2013, 2014 em confronto com o exercício de 2015, o qual tomou-se como base o último bimestre dos respectivos exercícios financeiros:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 68 – Composição das Receitas em confronto com o exercício de 2013, 2014 e 2015

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS			ANÁLISE VERTICAL	2015 /2014
	2013	2014	2015	AV	AH
Receitas Primárias Correntes (I)	162.379.765,04	174.773.938,09	189.593.528,25	93,78%	8,48%
Receita Tributária	29.087.682,76	33.650.679,97	35.432.720,89	17,53%	5,30%
IPTU	3.162.518,59	3.582.645,13	3.663.125,44	1,81%	2,25%
ISS	14.430.343,26	16.827.249,82	17.603.307,06	8,71%	4,61%
ITBI	2.636.914,10	2.744.000,52	2.563.689,27	1,27%	-6,57%
IRRF	4.498.490,93	5.178.718,44	6.373.151,09	3,15%	23,06%
Taxas	4.359.415,88	5.318.066,06	5.229.448,03	2,59%	-1,67%
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Outras Receitas Tributárias	0,00		0,00	0,00%	-
Receita de Contribuições	13.355.419,64	14.368.745,56	16.274.416,27	8,05%	13,26%
Receitas Previdenciárias	10.610.177,09	11.635.890,99	12.707.007,63	6,29%	9,21%
Outras Receitas de Contribuições	2.745.242,55	2.732.854,57	3.567.408,64	1,76%	30,54%
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	271.432,18	0,13%	-
Receita Patrimonial	2.593.098,46	9.641.044,75	12.109.698,34	5,99%	25,61%
(-) Aplicações Financeiras	2.593.098,46	9.641.044,75	11.838.266,16	5,86%	22,79%
Transferências Correntes	109.653.595,69	120.339.566,06	130.684.986,99	64,64%	8,60%
LC 61/89	0,00	143.754,20	207.467,56	0,10%	44,32%
LC 87/96	58.128,46	54.535,32	55.478,05	0,03%	1,73%
Convênios	3.059.275,54	4.633.007,91	5.962.560,89	2,95%	28,70%
FPM	22.181.688,74	23.137.301,37	25.862.418,03	12,79%	11,78%
ICMS	33.355.894,18	34.714.957,48	36.981.414,54	18,29%	6,53%
IPVA	6.808.660,26	8.583.256,68	9.190.743,82	4,55%	7,08%
ITR	34.930,01	36.910,47	229.298,14	0,11%	521,23 %
Outras Transferências Correntes	44.155.018,50	49.035.842,63	52.195.605,96	25,82%	6,44%
Demais Receitas Correntes	10.283.066,95	6.414.946,50	6.929.971,92	3,43%	8,03%
Divida Ativa	2.998.611,96	3.406.955,87	2.830.593,24	1,40%	-16,92%
Diversas Receitas Correntes	7.284.454,99	3.007.990,63	4.099.378,68	2,03%	36,28%
Receitas de Capital (II)	16.076.919,39	15.822.358,08	13.382.686,05	6,62%	-15,42%
Operações de Crédito (III)	0,00	972.627,62	803.953,91	0,40%	-17,34%
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Transferências de Capital	16.076.919,39	14.849.730,46	12.578.732,14	6,22%	-15,29%
Convênios	15.590.984,99	11.967.685,58	6.320.342,14	3,13%	-47,19%
Outras Transferências de Capital	485.934,40	2.882.044,88	6.258.390,00	3,10%	117,15 %
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Receitas Primárias de Capital (VI)=(II-III-IV-V)	16.076.919,39	14.849.730,46	12.578.732,14	6,22%	-15,29%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL=(I+VI)	178.456.684,43	189.623.668,55	202.172.260,39	100,00%	6,62%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2012, 2013 e 2014

O quadro 68 demonstra que a Receita Primária Total do ano de 2015, teve um aumento de 6,62% ou seja, um acréscimo de R\$ 12.548.591,84 em relação ao exercício de 2014. Importa enfatizar o compositivo, visto estar caracterizado o crescimento efetivo da receita neste percentual destacado, o qual esta acima da meta prevista para o período de 4,5%.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 69 – Composição das Despesas em confronto com o exercício de 2014 x 2015

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EXECUTADAS				
	EM 2014		EM 2014		2015/2014
	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas	Liquidadas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas	
Despesas Correntes (VIII)	160.363.104,53	1.490.325,40	181.403.806,28	0,00	12,08%
Pessoal e Encargos Sociais	95.871.167,81	0,00	106.724.654,54	0,00	11,32%
Juros e Encargos da Dívida (IX)	292.801,41	0,00	298.500,48	0,00	1,95%
Outras Despesas Correntes	64.199.135,31	1.490.325,40	74.380.651,26	0,00	13,23%
Despesas Primárias Correntes (X)=(VIII-IX)	160.070.303,12	1.490.325,40	181.105.305,80	0,00	12,10%
Despesas de Capital (XI)	21.711.903,45	1.427.979,55	24.754.783,73	52.753,59	7,21%
Investimentos	19.356.293,24	1.427.979,55	22.846.201,70	52.753,59	10,17%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Amortização da Dívida (XIV)	2.355.610,21	0,00	1.908.582,03	0,00	-18,98%
Despesas Primárias de Capital (XV)=(XI-XII-XIII=XIV)	19.356.293,24	1.427.979,55	22.846.201,70	52.753,59	10,17%
Reserva de Contingência (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Primárias Total (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	182.344.901,31		203.951.507,50		11,85%
Resultado Primário (XIX)=(VII-XVIII)	7.278.767,24		-1.779.247,11		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014 e 2015

Tem-se que a Despesa Primária Total do ano de 2015, teve um aumento de 11,85%, ou seja, um acréscimo de R\$ 21.606.606,19 em relação ao mesmo período do ano de 2014. Ao se analisar detalhadamente, verifica-se que as Despesas Primárias Correntes tiveram um aumento de 12,08% em comparação com as Despesas Correntes de 2014 com 2015, ou seja, um acréscimo de R\$ 19.550.376,35. Já as Despesas Primárias de Capital houve um acréscimo de 10,17%, ou seja, um acréscimo de R\$ 2.114.682,50 em comparação com as Despesas Primárias de Capital de 2014 com 2015.

Quadro 70 - Comparativo do Resultado Primário entre o exercício de 2014 com 2015

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2015/2014	DIFERENÇA
Receita Primária Total	178.456.684,43	189.623.668,55	202.172.260,39	6,62%	12.548.591,84
Despesa Primária Total	155.225.966,79	182.344.901,31	203.951.507,50	11,85%	21.606.606,19
Resultado Primário	23.230.717,64	7.278.767,24	-1.779.247,11	-124,44%	-9.058.014,35
Saldo de Exercício Anteriores	13.147.907,14	12.674.605,55	25.260.119,34	99,30%	12.585.513,79
Meta Fiscal para o Exercício LDO	-2.079.744,18	17.324.920,42	623.273,13		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2013, 2014 e 2015.

Como este demonstrativo tem por objetivo apurar o Resultado Primário realizado pelo ente, com vistas a avaliar o cumprimento da meta estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Resultado Primário 2015, foi menor que meta fiscal prevista.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



A Receita Primária Total de 2015 apresentou um aumento de 6,26% em relação exercício de 2014, ou seja, um acréscimo de R\$ 12.548.591,84 em comparação com a Receita Primária Total de 2014 com 2015. E a Despesa Primária Total teve um aumento de 11,85% em relação ao exercício de 2014, ou seja, um acréscimo de R\$ 21.606.606,19 em comparação com a Despesa Primária Total de 2014 com 2015.

O Resultado primário encontrado entre a diferença de Receita Primária e as Despesas Primárias Total, encontrou um Déficit no valor de R\$ -1.779.247,11, isso devido os reflexos da crise enfrentada pelo país que afetou arrecadação do Município, provocando um déficit de arrecadação diretamente nas fontes que compõe o cálculo do resultado primário na ordem de R\$ 4.834.012,84, conforme observa-se no quadro 71.

Quadro 71 – Receitas Primárias Previstas x Receitas Primárias Arrecadadas

Receitas Primárias	Previsão	Arrecadação	Variação
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	190.569.384,75	189.593.528,25	-0,51%
Receita Tributária	36.886.625,08	35.432.720,89	-3,94%
IPTU	4.400.000,00	3.663.125,44	-16,75%
ISS	17.052.547,50	17.603.307,06	3,23%
ITBI	2.916.776,39	2.563.689,27	-12,11%
IRRF	5.201.389,79	6.373.151,09	22,53%
Taxas	7.315.911,40	5.229.448,03	-28,52%
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	-
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	-
Receita de Contribuições	13.590.557,30	16.274.416,27	19,75%
Receitas Previdenciárias	11.037.234,06	12.707.007,63	15,13%
Outras Receitas de Contribuições	2.553.323,24	3.567.408,64	39,72%
Receita Patrimonial Líquida	271.430,32	271.432,18	0,00%
Receita Patrimonial	6.883.289,81	12.109.698,34	75,93%
(-)Aplicações Financeiras	6.611.859,49	11.838.266,16	79,05%
Transferências Correntes	131.279.098,79	130.684.986,99	-0,45%
LC 61/89	143.567,43	207.467,56	44,51%
LC 87/96	50.269,38	55.478,05	10,36%
Convênios	3.653.709,70	5.962.560,89	63,19%
FPM	26.000.000,00	25.862.418,03	-0,53%
ICMS	36.880.000,00	36.981.414,54	0,27%
IPVA	9.200.000,00	9.190.743,82	-0,10%
ITR	3.920,00	229.298,14	5749,44%
Outras Transferências Correntes	55.347.632,28	52.195.605,96	-5,69%
Demais Receitas Correntes	8.541.673,26	6.929.971,92	-18,87%
Dívida Ativa	4.839.377,74	2.830.593,24	-41,51%
Diversas Receitas Correntes	3.702.295,52	4.099.378,68	10,73%
RECEITAS DE CAPITAL (II)	21.186.888,48	13.382.686,05	-36,84%
Operações de Crédito (III)	4.750.000,00	803.953,91	-83,07%
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	-
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	-
Transferências de Capital	16.436.888,48	12.578.732,14	-23,47%
Convênios	11.561.288,48	6.320.342,14	-45,33%
Outras Transferências de Capital	4.875.600,00	6.258.390,00	28,36%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	16.436.888,48	12.578.732,14	-23,47%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	207.006.273,23	202.172.260,39	-2,34%

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2015.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Caso a arrecadação houvesse comportado dentro dos limites previstos, o resultado primário obtido seria R\$ 3.054.765,73 resultado superior a meta prevista no montante de R\$ 2.431.490,60.

7 - RESULTADO NOMINAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA

O Demonstrativo do Resultado Nominal mede o comportamento (evolução) da Dívida Fiscal Líquida. A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da Dívida Consolidada Líquida somado às receitas de privatizações, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores, como por exemplo, parcelamento de tributos e contribuições.

Quadro 72 – Comparativo do Resultado Nominal 2014 com 2015 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%
Dívida Consolidada (I)	15.253.103,48	40.123.724,05	163,05%
Precatórios de Fornecedores Nacionais – A partir de 05/05/2000	7.307.635,81	33.950.527,48	364,59%
Dívida Contratual	7.554.478,91	1.757.140,14	-76,74%
Outras Dívidas	390.988,76	4.416.056,43	1029,46%
Deduções (II)	36.443.147,20	25.734.333,40	-29,38%
Disponibilidade de Caixa Bruta	41.036.011,17	29.816.233,83	-27,34%
Câmara Municipal	81.119,59	58.692,22	-27,65%
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná	17.423.479,54	10.781.388,15	-38,12%
Saúde	12.608.351,64	12.410.054,13	-1,57%
Educação	7.013.613,97	3.617.755,32	-48,42%
Fundo Municipal de Assistência Social	3.620.376,26	2.707.867,89	-25,20%
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	127.720,45	93.163,21	-27,06%
Fundação Cultural	161.349,72	17.550,61	-89,12%
Agência Reguladora de Serviços Delegados de Ji-Paraná	0,00	129.762,30	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-
(-) Restos a Pagar Processados	4.592.863,97	4.081.900,43	-11,13%
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-21.190.043,72	14.389.390,65	-167,91%
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	-
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	28.371.437,24	-
Dívida Fiscal Líquida (VI)=(III+IV-V)	-21.190.043,72	-13.982.046,59	-34,02%
Resultado Nominal 2014	7.207.997,13		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º Bimestre de 2014 e 2015

A Dívida Consolidada evidenciada em 31/12/2015 comparado a 31/12/2014, já consideradas as amortizações do período, demonstra um aumento de (163,05%), (acrécimo de R\$ 24.870.620,57). Neste contexto apurou-se um resultado nominal de R\$ 7.207.997,13 no



exercício financeiro de 2015, obtendo um resultado superior a meta estabelecida na LDO de (R\$ 674.292,71).

DÍVIDA CONSOLIDADA

Segundo a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e, ainda, evidenciar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes.

A Dívida Consolidada (ou fundada) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos do Ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, dos precatórios judiciais (emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos), e, também, das operações de crédito que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento.

O demonstrativo não inclui, todavia, as obrigações existentes entre as administrações diretas do Ente da Federação e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre essas entidades da administração indireta.

Em parte destacada do demonstrativo são evidenciados os valores do Regime Previdenciário. Essa evidenciação é necessária em função da composição e das peculiaridades do patrimônio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

A análise dos pontos de destaque do demonstrativo da Dívida Consolidada é a que se segue, referente ao exercício de 2015, em comparação com o exercício de 2014, conforme se propõe a realizar.

COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA ENTRE 2014/2015

Esse título agrega os montantes da dívida consolidada do Município, segregada em mobiliária, contratual, precatórios (posteriores a 05/05/2000, inclusive – vencidos e não pagos) e demais dívidas. Também são alocadas nesse quadro as deduções da Dívida Consolidada, a Dívida Consolidada Líquida e a apuração do cumprimento do limite imposto pela Senado Federal para esta última.

Os valores da dívida previdenciária devem ser excluídos desse montante, uma vez que – conforme mencionado – são demonstrados em quadro a parte.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 73 – Comparativo da Dívida Consolidada – 2013-2014 em milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	%
DÍVIDA CONSOLIDADA	15.253.103,48	40.123.724,05	163%
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-
Dívida Contratual	7.554.478,91	5.752.489,17	-24%
Interna	7.554.478,91	5.752.489,17	-24%
Externa	0,00	0,00	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000	7.307.635,81	33.950.527,48	365%
Demais dívidas	390.988,76	420.707,40	8%
DEDUÇÕES	36.443.147,20	25.735.133,40	-29%
Disponibilidades de Caixa Bruta	41.036.011,17	29.816.233,83	-27%
Demais Haveres Financeiros	0,00	800,00	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.592.863,97	4.081.900,43	-11%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-21.190.043,72	14.388.590,65	168%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2014-2015

Observa-se no quadro 73, variação da dívida em (168%), que significa considerável aumento no estoque da dívida. Percebe-se que a disponibilidade líquida no período diminuiu comparado ao exercício de 2014, representando (27%), com a redução a dívida consolidada líquida dividida pela disponibilidade de caixa bruta obtêm-se um quociente de 1,35, ou seja, para cada real de dívida formada o Município tem disponível para seu pagamento R\$ 0,74, centavos

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA

Conforme mencionado, o demonstrativo da Dívida Consolidada apresenta os montantes do Regime Previdenciário em separado dos demais saldos que compõem a Dívida, tendo em vista a composição e as peculiaridades do patrimônio do RPPS.

Quadro 74 – Comparativo da Dívida Consolidada Previdenciária – 2013 - 2015

REGIME PREVIDENCIÁRIO	2013	2014	2015	%
Dívida Consolidada Previdenciária	116.265.835,79	116.265.835,79	136.744.561,57	17,61%
Passivo Atuarial	116.265.835,79	11.265.835,79	136.744.561,57	1113,80%
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	-
DEDUÇÕES	68.470.196,02	83.295.288,71	101.451.788,40	21,80%
Disponibilidade de Caixa Bruta	68.470.196,02	83.307.169,22	101.191.579,53	21,47%
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	11.880,51	0,00	-100,00%
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-!
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária	47.795.639,77	32.970.547,08	35.552.982,04	7,83%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2012 a 2014

Em 2015, apresentou aumento real de R\$ 2.582.434,96.

8 - DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO)

Segundo a 5ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O demonstrativo da Despesa com Pessoal deverá conter valores da despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos doze meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, as despesas não computadas para fins de verificação do limite, despesa total com pessoal, percentual da despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.

Todavia, para efeito de cômputo e cálculo do montante a ser evidenciado no demonstrativo só são consideradas as despesas de caráter remuneratório, conforme previsto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Não são consideradas – por exemplo – as despesas indenizatórias, as decorrentes de contratos com estagiários, bolsas de trabalho, locação de mão de obra, diárias, auxílio fardamento, benefícios assistenciais, transporte de servidores, auxílio alimentação, indenizações e restituições trabalhistas. Além dessas, as indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, as despesas decorrentes de decisão judicial, as despesas de exercícios anteriores, inativos e pensionistas com recursos vinculados já são demonstradas no próprio demonstrativo como não computadas.

Quadro 75 - Evolução da Despesa com Pessoal – 2013-2015

COMPONENTES	2013	2014	2015
Despesa com Pessoal	78.113.983,20	76.287.302,62	85.021.059,94
Receita Corrente Líquida	154.362.686,41	164.494.131,84	177.093.093,99
Percentual da Despesa com Pessoal em Relação à RCL	50,60%	46,38%	48,01%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2013-2015

Pela análise do Quadro 75, percebe-se que a Receita Corrente Líquida de 2013 evoluiu de R\$ 154.362.686,41 para R\$ 164.494.131,84 em 2014, correspondendo a um aumento em percentual de 6,56%. Já em 2015 a Receita Corrente Líquida evoluiu de R\$ 164.494.131,84 para R\$ 177.093.093,99 em 2015, correspondendo à evolução equivalente ao percentual de 7,65%.

Em termos percentuais em relação à Receita Corrente Líquida, nota-se que em todos os exercícios financeiros observados o Município atende de forma satisfatória a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 76 – Despesa Líquida com Pessoal – 2013 - 2015

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (EM REAIS)			
2013	2014	2015	VARIÇÃO % 2015/2014
78.113.983,20	76.287.302,62	85.021.059,94	11,44%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2013 a 2015



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Na comparação do exercício de 2014 com o de 2015, pode-se observar uma evolução de 11,44% da despesa líquida com pessoal, já em comparação do exercício de 2013 a Despesa Líquida com Pessoal evoluiu de R\$ 78.113.983,20 para R\$ 85.021.059,94 em 2015 equivalendo a um aumento de R\$ 6.907.076,74, em termos percentuais comparativo de 8,84% entre o período de 2013 para 2015. Isso evidencia que o crescimento da despesa líquida com pessoal foi suportada de forma satisfatória pela receita corrente líquida. Tanto é verdade, a variação dos índices de pessoal de 2013 para 2015, de 50,60% para 48,01%.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA

Essa alínea traz o valor bruto da disponibilidade de caixa, representada pelo montante contabilizado como Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Na análise do exercício de 2013, comparado com o de 2014, notam-se os valores seguintes (líquidos dos montantes previdenciários e demais recursos vinculados):

Quadro 77 – Comparativo da Disponibilidade de Caixa Bruta 2013 com 2015

DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	2013	2014	2015	%
Bancos Conta Movimento	46.196.077,00	73.876.704,37	62.706.322,77	47,86%
Aplicações Financeiras	68.470.196,02	50.466.476,02	68.301.490,59	52,14%
Total	114.666.273,02	124.343.180,39	131.007.813,36	5,36%

Fonte: anexo 13 do Balanço

A variação percentual de 5,36% da Disponibilidade de Caixa Bruta – composta pelos saldos dos valores disponíveis em moeda nacional – entre os períodos de 2014 e 2015, equivalente a uma variação positiva de R\$ 6.664.632,97. Comparando o período de 2013 houve uma variação positiva de 14,25% em relação ao período de 2015, o que equivale a R\$ 16.341.540,34.

Quadro 78 – Composição da Disponibilidade de Caixa Bruta - 2015

DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	2015	AV %
Bancos Conta Movimento	62.706.322,77	47,86%
Aplicações Financeiras	68.301.490,59	52,14%
Total	131.007.813,36	100,00

Fonte: anexo 13 do Balanço.

Verifica-se que a disponibilidade de caixa está composto por dois níveis contábeis: A primeira por Bancos Conta Movimento que corresponde a 47,86% e a segunda pela disponibilidade de Aplicações Financeiras do Fundo de Previdência Social em 52,14%.



9 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Fundo de Previdência Social – F.P.S. é uma iniciativa de criação postulatória do Poder Público, através do Poder Executivo, o intuito para dar cobertura aos riscos que os servidores beneficiários estão sujeitos, garantindo, assim, os meios de subsistência, englobando todos os Servidores Públicos Municipais dos poderes, Executivo e Legislativo.

Organizado sob forma de Regime Próprio, e estruturado nos termos da Lei nº. 1403/2005, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observando sempre os critérios que preservam o equilíbrio financeiro e atuarial, e tem por objetivo gerir os seguintes benefícios quanto aos segurados: aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria por idade e tempo de contribuição, aposentadoria por idade, auxílio doença, salário maternidade e salário família.

O Fundo de Previdência Social – F.P.S. tem também a finalidade de contemplar os dependentes legais de seus servidores, concedendo os benefícios de pensão por morte e auxílio reclusão.

A gestão F.P.S. é realizada pelo Diretor-Presidente, que tem o objetivo de dotar a previdência de regras claras e estáveis, capazes de assegurar aos seus servidores uma maior transparência, segurança e rentabilidade. O F.P.S. é auxiliado pelos membros do Conselho do Município de Previdência – C.M.P., órgão superior de deliberação colegiada, Secretaria da Previdência Social do Ministério Social – M.P.S., Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Ao que pese a gestão dos investimentos, tem-se organizado através do Decreto nº. 2119/GAB/PM/JP/2013, cuja responsabilidade é gerir a carteira de investimento do Fundo, auxiliando no processo decisório, com o objetivo de analisar e propor estratégias de investimentos conforme a Política de Investimentos e a legislação vigente.

Os recursos que movimentam o F.P.S., para honrar os pagamentos dos benefícios já citados originam-se das contribuições previdenciárias dos servidores, que são de 11%, e as contribuições previdenciárias do Ente, são de 14,74%, patronal (Prefeitura e Câmara) e a partir de Julho de 2014 passou a vigorar a Lei 2.694/2014 e 2.695/2014, com o novo valor de contribuições previdenciárias sendo 11,62% Patronal e 11% servidores e ainda o aporte conforme Decreto 3.432/2014 com o valor de R\$ 125.285,18 mensais para o exercício de 2015, sendo que, desde a criação do RPPS, em agosto de 2005, esta administração do F.P.S. tem transferido e depositado os repasses, em Instituições Financeiras, conforme dispõe as legislações previdenciárias em vigor.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



O Anexo IV do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, tem a finalidade principal de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A análise comparativa do RPPS, no exercício de 2015, foi baseada na representatividade de cada rubrica dentro de seu grupo respectivo, onde cada grupo e suas respectivas naturezas de receita e despesa tiveram suas variações destacadas e analisadas individualmente em relação ao ano corrente e ao mesmo período, no ano de 2015.

Esta metodologia visa evidenciar os motivos pelos quais essas variações ocorreram, de modo a proporcionar, melhor compreensão dos números apresentados, vez que esse tipo de análise seria prejudicada pela leitura pura e simples do demonstrativo fiscal (Anexo IV, do RREO).

Segundo a Lei Municipal nº 1.403/2005, compete ao RPPS realizar as despesas de benefícios previdenciários, de pessoal do próprio RPPS com seus respectivos encargos, de material permanente e de consumo, como todos os insumos necessários a manutenção do RPPS, de manutenção e de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do regime próprio, as despesas com investimentos, com seguro de bens permanentes para proteção do patrimônio do regime próprio e, ainda, as despesas com outros encargos eventuais – desde que vinculados às suas finalidades essenciais.

RECEITAS

As receitas demonstradas no Anexo IV do RREO são compostas, conforme já mencionado, principalmente pelas contribuições dos segurados e das contribuições patronais oriundas dos dois poderes. Além disso, também compõem nesse montante, os rendimentos das aplicações financeiras e dividendos de ações destinados a esse fim, os rendimentos mobiliário e imobiliário de qualquer natureza, as receitas decorrentes de compensação financeira como outros regimes de previdência, as doações, subvenções, legados e bens ou direito de qualquer natureza, além de outros ativos financeiros de qualquer natureza transacionados com finalidade previdenciária.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 79 – Composição das Receitas Previdenciárias - 2015

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intraorçamentárias)		
NATUREZA DA RECEITA	2015	AV %
Receitas Correntes	14.949.106,27	100,00
Receitas de Contribuições dos Segurados	6.170.143,94	41,27
Pessoal Civil	6.170.143,94	41,27
Ativo	6.170.143,94	41,27
Inativo	0,00	-
Pensionista	0,00	-
Pessoal Militar	0,00	-
Ativo	0,00	-
Inativo	0,00	-
Pensionista	0,00	-
Outras Receitas de Contribuições	0,00	-
Receita Patrimonial	8.778.962,33	58,72
Receitas de Valores Mobiliários	8.778.962,33	58,72
Receitas de Serviços	0,00	-
Outras Receitas Correntes	0,00	-
Compensação Previdenciária entre o RGPS e RPPS	0,00	-
Demais Receitas Correntes	0,00	-
Receitas de Capital	0,00	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	-
(-) Deduções da Receita	0,00	-
Total	14.949.106,27	100,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015

Em análise ao quadro 79, percebe-se que a receita oriunda de contribuições dos segurados alcançou 41,27% do total das receitas, (exceto as obrigações patronais, aportes e taxas administrativas) enquanto que o rendimento financeiro sobre os investimentos das disponibilidades acumuladas pelo FPS alcançou 58,72%. Nesta ótica, factível se manter os investimentos em fundos sólidos, pela importância e representatividade desta receita ao contexto.

No quadro 80, serão demonstrados o montante geral das receitas do FPS no exercício financeiro de 2015, separadas por Receitas de Contribuições, Receita Patrimonial e as Receitas Intra Orçamentárias. Esta última trata-se da parte patronal sobre a folha de pagamento bruta.

Quadro 80 – Comparativo das variações das Receitas Previdenciárias – 2013 a 2015

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS				
NATUREZA DA RECEITA	2013	2014	2015	AH % 2015/2014
Receitas Correntes	5.444.244,02	11.820.112,90	14.949.106,27	26%
Receitas de Contribuições dos Segurados	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11%
Pessoal Civil	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11%
Ativo	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11%
Inativo	0,00	0,00	0,00	-
Pensionista	0,00	0,00	0,00	-
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	-
Ativo	0,00	0,00	0,00	-
Inativo	0,00	0,00	0,00	-
Pensionista	0,00	0,00	0,00	-
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	-
Receita Patrimonial	539.674,34	6.275.607,32	8.778.962,33	40%
Receitas de Valores Mobiliários	539.674,34	6.275.607,32	8.778.962,33	40%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	-
Outras Receitas Correntes	793,20	0,00	0,00	-
Compensação Previdenciária entre o RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	-
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	-
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	-
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	0,00	-
Receitas Previdenciárias – RPPS(Intra Orçamentárias) (II)	5.706.400,61	6.091.385,41	8.040.285,85	32%
TOTAL	5.444.244,02	11.820.112,90	22.989.392,12	94%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2013 a 2015.

Nota-se que o montante geral das receitas do FPS no exercício financeiro de 2015 alcançou o volume de R\$ 22.989.392,12, quais são somados as Receitas de Contribuições, Receita Patrimonial e as Receitas Intra Orçamentárias. Esta última trata-se da parte patronal sobre a folha de pagamento bruta.

O Total das Receitas de Contribuições dos Segurados evoluiu de R\$ 5.544.505,58, em 2014, para R\$ 6.170.143,94 em 2015, correspondendo a um aumento percentual de 11% em comparação 2014 para 2015.

O Total da Receita Patrimonial evoluiu de R\$ 6.275.607,32 em 2014, para R\$ 8.778.962,33 em 2015, correspondendo ao percentual de 40% em comparação 2014 para 2015. Comparando o total das receitas previdenciárias no valor de R\$ 11.820.112,20 do exercício de 2014, para R\$ 22.989.392,12 em 2015 corresponde uma variação positiva no valor de R\$ 11.169.279,22 correspondendo a 94% entre o exercício de 2014 para 2015.

Quadro 81 – Composição das Receitas Correntes Previdenciárias - 2015

RECEITAS CORRENTES(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)		
NATUREZA DA RECEITA	2015	AV %
Receitas Correntes	14.949.106,27	100,00
Receita de Contribuições dos Segurados	6.170.143,94	41,27
Outras Receitas de Contribuições	0,00	-
Receita Patrimonial	8.778.962,33	58,72
Receitas de Serviços	0,00	-
Outras Receitas Correntes	0,00	-

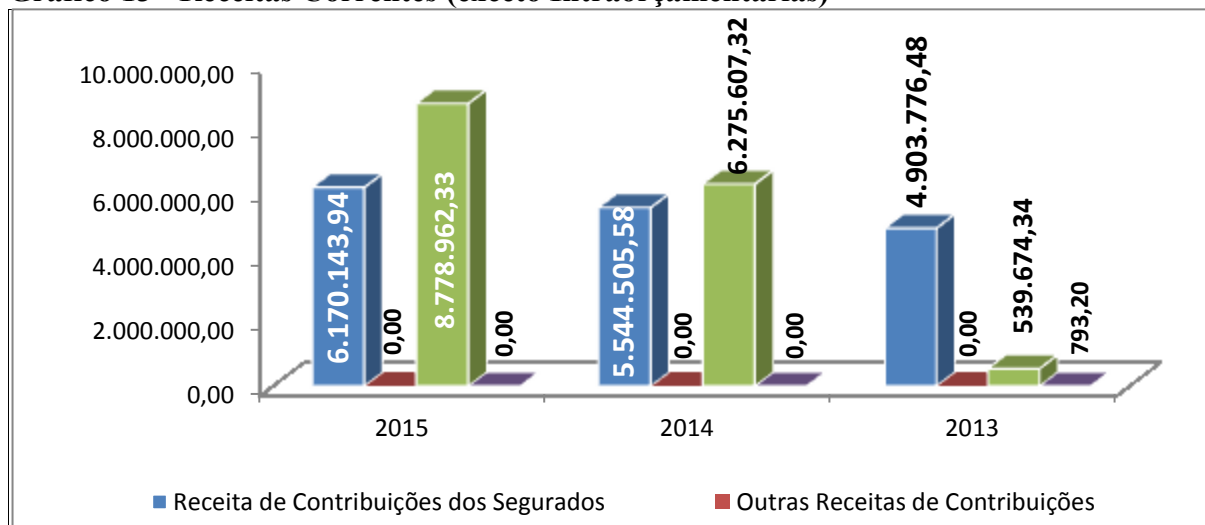
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.

As Receitas Correntes com maior índice de representação, no período, são as Receitas de Contribuições dos Segurados, com 41,27%, e a Receita Patrimonial, com 58,72%. A Receita de Contribuições dos Segurados registra o total das receitas de contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e dos demais segurados.

A comparação com o exercício de 2013, 2014 e 2015 das receitas componentes deste grupo está representada no gráfico 13:



Gráfico 13 - Receitas Correntes (exceto Intraorçamentárias)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.

As Receitas de Contribuições dos Segurados – que agrega as rubricas Pessoal Civil e Pessoal Militar, subdivididas em Ativo, Inativo e Pensionistas, no exercício de 2015.

Quadro 82 – Receitas de Contribuições dos Segurados - 2015

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)		
NATUREZA DA RECEITA	2015	AV%
Pessoal Civil	6.170.143,94	100,00
Ativo	6.170.143,94	100,00
Inativo	0,00	-
Pensionista	0,00	-
Pessoal Militar	0,00	-
Ativo	0,00	-
Inativo	0,00	-
Pensionista	0,00	-
TOTAL	6.170.143,94	100,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2014.

O quadro 82 no item de Pessoal Civil representa 100,00% do montante do grupo Receita de Contribuições dos Segurados. No detalhamento, observa-se que nesta rubrica estão alocados R\$ 6.170.143,94.

Na comparação entre os três exercícios de 2013 a 2015, são observados os seguintes valores:

Quadro 83 – Comparação das Contribuições dos Segurados

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)				
Natureza da Receita	2013	2014	2015	AH %
Pessoal Civil	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11,00
Ativo	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	-
Pensionista	0,00	0,00	0,00	-
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	-
Ativo	0,00	0,00	0,00	-
Inativo	0,00	0,00	0,00	-
Pensionista	0,00	0,00	0,00	-
Total	4.903.776,48	5.544.505,58	6.170.143,94	11,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2013 a 2014.

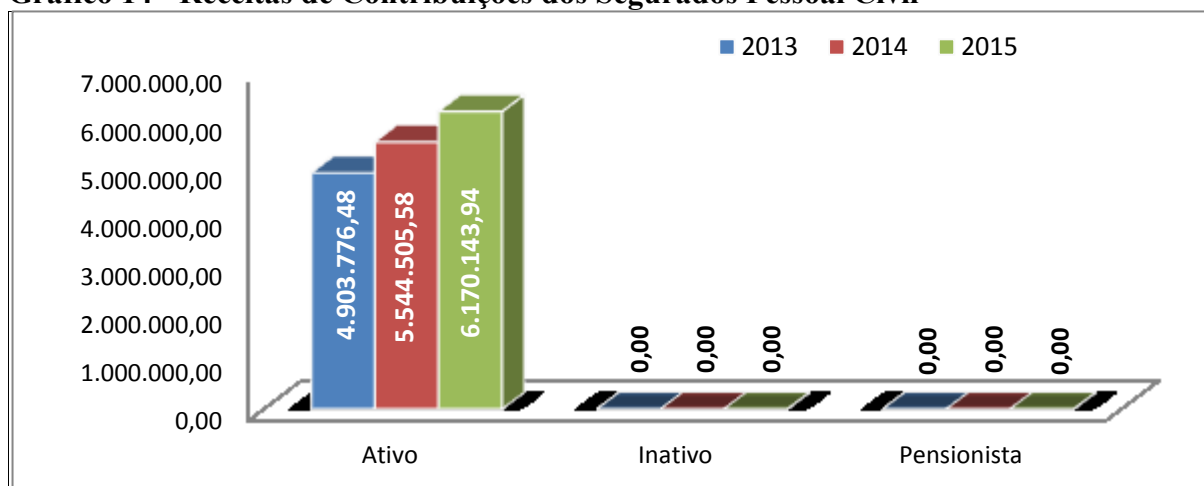


ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



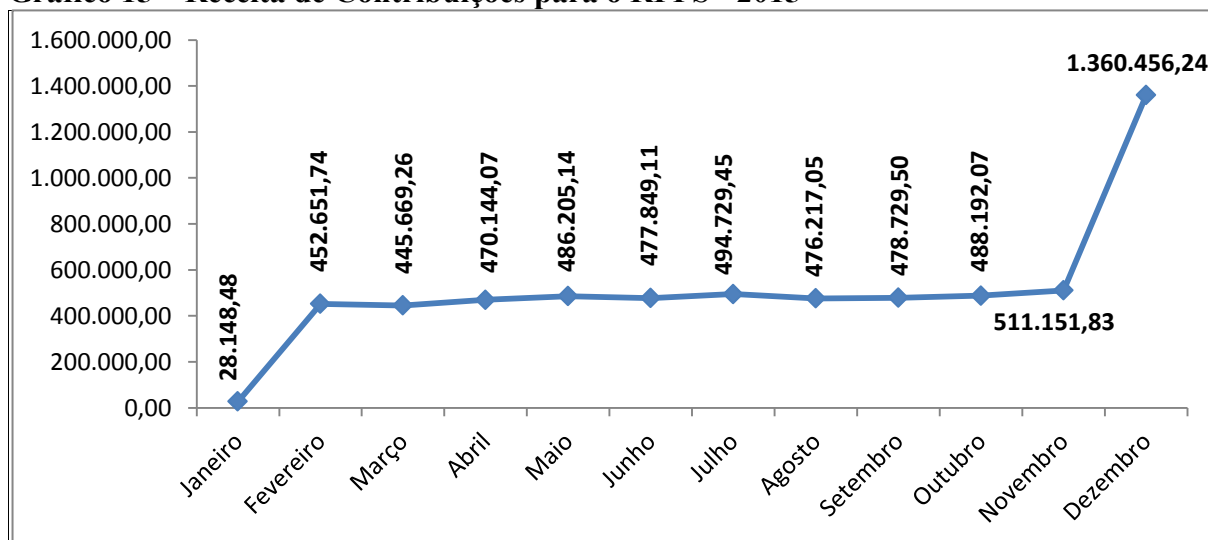
A Receita de Contribuições dos Segurados apresenta 11% de variação na comparação do exercício de 2014 com o de 2015, o que representa um acréscimo de R\$ 625.638,36. Já comparando a Receita de Contribuições dos Segurados no valor de R\$ 4.903.776,48 do exercício de 2013, evoluiu para R\$ 6.170.143,94 em 2015 apresentando um aumento de R\$ 1.266.367,46 correspondendo a um percentual de 26% comparado 2013 para 2015.

Gráfico 14 - Receitas de Contribuições dos Segurados Pessoal Civil



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.

Gráfico 15 – Receita de Contribuições para o RPPS - 2015



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.

Pode-se observar pelo gráfico 15, que a arrecadação se mantém constante ao longo dos doze meses de 2015, exceção ao mês de janeiro e dezembro.

A Receita Patrimonial registra o somatório das receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários e outras receitas afins. A análise da Receita Patrimonial permite observar que só houve variação na natureza de Receitas de Valores Mobiliários, na comparação do exercício de 2014 com o exercício de 2015, conforme quadro 84:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Quadro 84 – Variação das Receitas Patrimonial – 2014 a 2015

RECEITAS PATRIMONIAL(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)			
NATUREZA DA RECEITA	2014	2015	AH %
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.275.607,32	8.778.962,33	40,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Total	6.275.607,32	8.778.962,33	40,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2014 a 2015.

Com 40% de variação positiva e um montante de R\$ 2.503.355,33 a mais na comparação com dividendos, remuneração de depósitos bancários e, ainda, a remuneração dos investimentos realizados pelo próprio RPPS, além de outras remunerações.

Observadas as limitações e condições estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação: Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis.

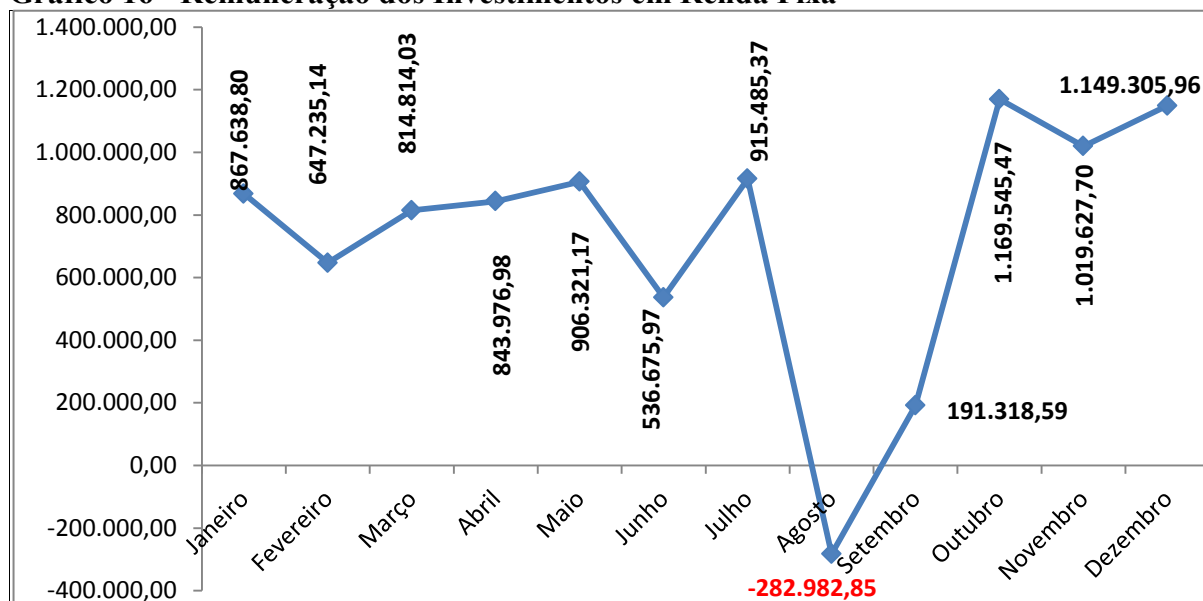
No quadro 85 - seguem números que compõem essa rubrica, no exercício de 2015:

RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)		
NATUREZA DA RECEITA	2015	AV%
Remuneração dos Investimentos do RPPS	8.778.962,33	100,00
Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	8.778.962,33	100,00
Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	0,00	0,00
Total	8.778.962,33	100,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.

No quadro 85, pode-se verificar que a natureza de receita com maior representatividade é a Remuneração dos Investimentos do RPPS, com praticamente 100% da totalidade dos valores. Observa-se, também, que os Investimentos em Renda Fixa são os maiores montantes do subgrupo, com 100,00% no exercício de 2015. A variação dos investimentos em renda fixa, no exercício de 2015, pode ser verificada no gráfico seguinte:

Gráfico 16 - Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2015.



Os rendimentos oriundos dos Investimentos em Renda Fixa – tipo de investimento que possui a remuneração ou o retorno do capital investido acertado no momento da aplicação – apresentam oscilações diversificadas, uma vez que essas oscilações ocorrem em função das variações da cotação do título no mercado financeiro. Observa-se no gráfico 16 a evolução mês a mês dos rendimentos que provem dos investimentos em renda fixa.

Outra linha observada foi as outras receitas correntes, nessa rubrica, são registrados os montantes das outras receitas previdenciárias correntes destinadas ao pagamento de benefícios.

A Constituição admite outras fontes para manutenção ou expansão da Seguridade, a serem definidas em lei. Além da receita decorrente da compensação entre os regimes, há as decorrentes da atividade administrativa da autarquia responsável pelo fundo previdenciário, tais como as receitas de aluguéis ou outros valores provenientes da renda de ativos e bens, nessa rubrica não foi registrado nenhum movimento.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Esse item apresenta o valor das despesas previdenciárias do RPPS líquidas das despesas intraorçamentárias, com a administração e a previdência.

As naturezas de despesas Aposentadorias, do grupo Pessoal Civil, são as que apresentam o maior percentual na composição de seus grupos. O Município, ao atender o preceito constitucional instituindo o RPPS, tem o direito de se compensar financeiramente com RGPS. Isso porque existem servidores que, anteriormente ao ingresso ao RPPS, eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo a aquele regime.

Sendo assim, o RPPS fica responsável pelo pagamento integral dos benefícios de aposentadorias e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes. Por outro lado, é titular do direito de se compensar com o RGPS relativo aos períodos de contribuição a ele vertidos. Essa compensação está prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 9.796/1999.

Quadro 86 – Comparativo das Despesas Previdenciárias – 2014 - 2015

NATUREZA DA DESPESA	2014	2015	AV%	AH%
Administração	360.531,18	422.765,30	7%	17%
Despesas Correntes	360.531,18	422.765,30	7%	17%
Despesas de Capital	0,00	0,00	0%	-
Previdência	4.338.420,58	5.653.988,91	93%	30%
Pessoal Civil	4.338.420,58	5.653.988,91	93%	30%
Aposentadorias	1.565.924,30	2.400.341,26	40%	53%
Pensões	464.272,70	615.395,33	10%	33%
Outros Benefícios Previdenciários	2.308.223,58	2.638.252,32	43%	14%
Pessoal Militar	-	-	-	-



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



Reformas	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
TOTAL	4.698.951,76	6.076.754,21	100%	29%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2014-2015

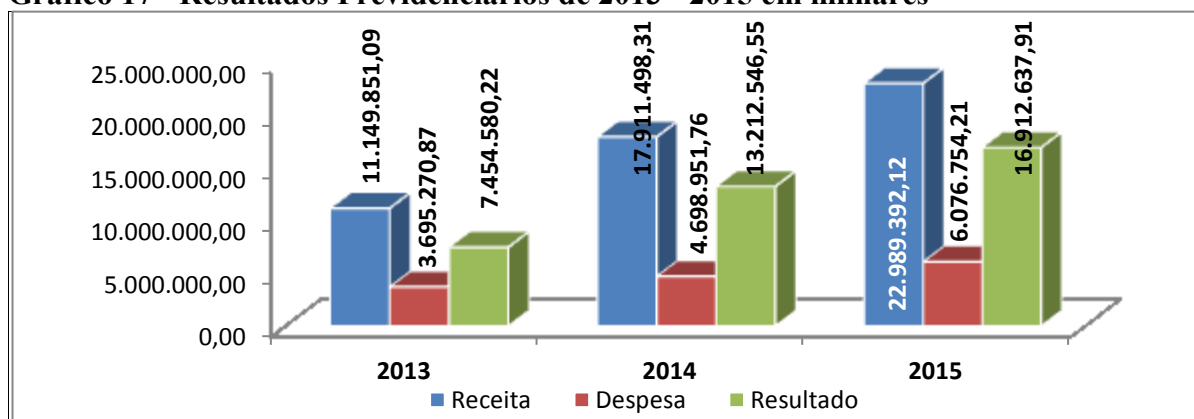
A rubrica Despesas Previdenciárias, como um todo, apresentou um acréscimo de R\$ 1.377.802,45, no período, o que representa uma variação, em termos percentuais de 29%.

O quadro 86 demonstra que as despesas com a Previdência perfazem a maior parte do montante do grupo das Despesas Previdenciárias, com 93% do total do grupo em 2015. Essas despesas são os dispêndios previdenciários em si – aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários, uma vez que as despesas com pessoal do F.P.S estão alocados na rubrica Administração.

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

O Resultado Previdenciário é a diferença entre o total das Receitas Previdenciárias e o total das Despesas Previdenciárias, demonstrando, dessa forma, se o equilíbrio financeiro (garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro) e atuarial (equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo) do sistema está sendo mantido de maneira satisfatória.

Gráfico 17 - Resultados Previdenciários de 2013 - 2015 em milhares



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária RREO 6º Bimestre de 2012-2014

APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os recursos dos descontos previdenciários (Ente + Servidor - Benefícios pagos) são aplicados em Instituições Financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, conforme o



disposto na resolução CMN nº. 3922, de 25/11/2010, publicado pelo DOU em 29/11/2010 visando assim, aperfeiçoar o retorno dos investimentos, para assegurar a meta atuarial, que é de 6% a.a + INPC.

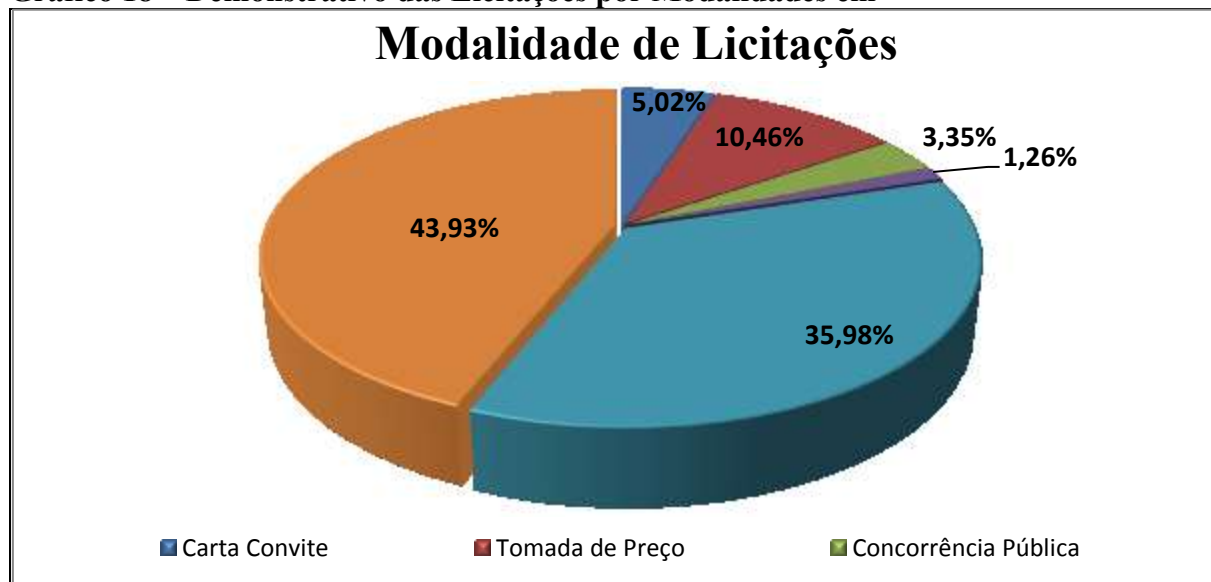
A estratégia de investimento tem como ponto central o respeito às condições de segurança e rentabilidade, solvência e liquidez dos ativos financeiros, que são escolhidos mediante avaliação criteriosa, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

O F.P.S. terminou este exercício com um rendimento positivo de R\$ 8.778.962,33 que totalizaram até o final deste exercício um saldo montante de R\$ 101.191.579,53, relativos a todos os descontos previdenciários dos seus servidores e dos seus patrocinadores (Prefeitura, Câmara e Fundação Cultural) e bem como, os rendimentos das aplicações financeiros.

10 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES

Para viabilizar as aquisições de bens e serviços no transcorrer do exercício, fora efetivado as licitações conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93. Para alcance desta informação foi acompanhado junto a Comissão Permanente de Licitação, o volume de licitações por modalidade e valores. Diante de tais premissas foi planilhado e elaborado o gráfico 18, pelo qual tem-se uma noção deste comportamento.

Gráfico 18 – Demonstrativo das Licitações por Modalidades em



Elaborado pela CGM / Fonte: CPL – 2015

Conforme se observa, 43,93% das aquisições do Município deu-se na modalidade Pregão Eletrônico. Isto comprova a intenção da Gestão em ampliar suas aquisições por esta modalidade, ampliando dentro das possibilidades de gestão do Município, a concorrência na busca por menores preços.



Considerando o somatório do percentual das modalidades realizadas de Pregão Eletrônico com o Presencial, percebe-se que do total das licitações do Município 79,91% foram realizadas na modalidade Pregão, cumprindo as recomendações exarada pelo Tribunal de Contas do Estado, quais dentre as possibilidades de se licitar apenas 20,09% foram distribuídas nas demais modalidades instituídas pela Lei Federal de Licitações. Destas, por razões extremamente necessárias e justificadas, no intuito de manter a agilidade necessária ao atendimento que em alguns casos exigem da necessidades da sociedade.

Merece ressaltar ainda, as medidas adotadas por esta Gestão no decorrer do exercício de 2015 em proporcionar agilidade no atendimento da sociedade ji-paranaense, foi em promover o Registros de Preços para produtos e alguns serviços a serem utilizados durante o lapso temporal de 12 meses. Este procedimento além de proporcionar agilidade, oportuna a realização da despesa com maior economia, cuja estratégia foi agrupar por itens afins, todas as solicitações das secretarias e promover através da modalidade Pregão Eletrônico a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública e proceder ao registros destes preços alcançados.

Desta forma, vislumbra-se do valor licitado via modalidade Pregão Eletrônico, 66,67% correspondem à efetivação de Atas de Registros de Preços, pelo qual a Administração Pública Municipal, utilizou no transcorrer de 2015, e será utilizada parte em 2016, nos meses iniciais, visto a validade deste procedimento vigorar no lapso temporal de doze meses.

Gráfico 19 – Registros de Preços no Ano de 2015



Elaborado Pela CGM / Fonte: Controle Atas de Preço 2015.

Reportando ao Gráfico 19, fato a se observar além das vantagens competitivas, é a transparência instituídas pelo Pregão Eletrônico, cuja ofertas e resultados além de divulgado no site oficial do Município, consta todos os procedimentos no site governamental comprasnet, qual foi aderido por esta gestão.



Sobre este aspecto, tem-se em síntese exposto o resultado das opções escolhidas por esta Gestão, no tocante ao procedimento licitatório para aquisições de bens e serviços, visando satisfazer os preceitos legais em sua totalidade e, ao mesmo passo, proporcionar uma resposta imediata aos anseios da população, repercutindo em serviços públicos oportunos e eficientes.

11 - RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 CONSTANTES NOS AUTOS 0978/2014 TCE-RO

Da análise das contas do exercício de 2013 pela Egrégia Corte de Contas pelo qual esta municipalidade logrou merecimento pela aprovação de forma unânime, restou alguns apontamentos do parecer exarado, dos quais destaca-se:

Conforme dispõe a decisão desta Corte que traz em seu item II alínea “d” a seguinte redação:

“d) promova a instauração de Tomada de Contas Especial com o objetivo de identificar os motivos e eventuais responsáveis pela prescrição e não ajuizamento de ações de cobrança dos créditos no valor de R\$ 64.333.501,20 (sessenta e quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, quinhentos e um reais e vinte centavos) inscritos em dívida ativa, sob pena de responsabilidade solidária, conforme disposto no art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 154/96, observado o que dispõe a IN 21/2007- TCER, encaminhando o resultado, acompanhado das manifestações do órgão de Controle Interno e do Ordenador de Despesa, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da Decisão.” (Decisão 303/2014 – Pleno TCE-RO, item II alínea d).

Para atendimento desta recomendação foi instaurado Tomada de Contas Especial através do processo administrativo nº. 11.993/2014, para apuração dos responsáveis pela prescrição e não ajuizamento de ações de cobrança de créditos, o qual já fora encaminhado ao TCE-RO relatório parcial das apurações produzidas pela Comissão.

12- RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

12.1 A Coordenadoria Geral de Contabilidade

- a) Que promova os registros na extensão dos montantes contratados em Operação de Crédito conforme define as regras contábeis e o MCASP 6ª Edição Parte III, vez que, constam em registro apenas os valores de fato recebidos.



12.2 - A Contabilidade do Fundo de Previdência Social

- a) Que promova o levantamento do direito inerente a Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS e registre em sua contabilidade a extensão deste direito, vez que já fora recomendado providências no Relatório de Controle Interno de 2013 e 2014.
- b) Que registre em suas peças contábeis, as Compensações Previdenciárias com valores atualizados de todos os beneficiários do Fundo inclusive os já assistidos, conforme recomendações desta Controladoria no Relatório de Controle Interno de 2013 e 2014 e Recomendação Técnica 001/CGM/2015.
- c) Que registre a provisão das expectativas de receitas, vez que o Município vem efetivamente repassando os valores correspondentes, conforme estabelece o Decreto nº. 3432/GAB/PM/JP/2014, com provisões de repasses até o ano de 2046.

13 – CONCLUSÃO

Face os fatos aqui versados, os pontos suscitados no transcorrer deste relatório, bem como aqueles tratados no cotidiano dos processos pela equipe técnica da Controladoria, evidenciam o comprometimento da equipe técnica de todas as secretarias do Município em buscar soluções teóricas e prática para boa condução com a coisa pública, consubstanciado nos questionamentos e correção dos apontamentos elencados nos Autos.

Nenhum ato se faz perfeito, tem-se na perfeição o referencial axiomático, contudo a constante busca em alcançá-la se traduz no diferencial de uma gestão para outra. Nesta constante, se tem a melhoria das ações, abandonar esse referencial, significa ignorar os princípios assentado na Constituição para Administração Pública. E o sentimento que se tem, pela observação no transcorrer do exercício, com todos os problemas que brotam da sociedade, a responsabilidade de muitos e bons servidores públicos, que buscam e torcem para que a coisa pública funcione e proporcione a sociedade serviços cada vez melhor.

Neste contexto, que se extrai na atuação dos sistemas de controles, com zelo e o bom trato da coisa pública, podem ter sido inibidos várias ações que poderiam causar dano ao Erário. As ações desenvolvidas em cada setor, por mais simples que sejam em prol da



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



instituição e manutenção do controle resultam na melhoria e preservação do bem público. E isto é o que se tem empenhado a equipe técnica.

Neste aspecto, tem-se o relatório.

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2015.

Dulcinalva Mota Barroso

Auxiliar Administrativo mat. 11.388

Francide Maria dos Santos

Administradora de empresas Mat. 1.861-0

Marília Pires de Oliveira

Coordenadora de Ata de Registro de Preços Mat. 12.349

Marlene Maia Ribeiro

Agente Administrativo Mat. 11.587

Percidia Chagas Anjos

Economista Mat. 11.304

Rosângela Barros Guimarães dos Santos

Diretora de Controle Administrativo Mat. 10.284

Priscila Midia Martins Nascimento

Diretora de Controle Interno – Decreto: 4571/GAB/PMJP/2015

Vivaldo Pinto Zéferino

Controlador Técnico

Elias Caetano da Silva

Controlador Geral do Município
Decreto nº 018/GAB/PMJP/2013



14 - PARECER TÉCNICO

CONSIDERANDO que é da competência privativa da Câmara Municipal, conforme determina o artigo 31, § 2º da CF/88, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que com a aplicação de valor correspondente a **26,17%** dos recursos provenientes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, com base no RREO do 6º Bimestre, restou atendida a exigência do artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que resultaram plenamente satisfatórias as aplicações atinentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB, notadamente no que tange à remuneração e valorização do magistério, de vez que o valor aplicado corresponde a **73,44%** dos recursos do aludido Fundo, cumprindo, destarte, o disposto no § 5º do art. 60 do ADCT da Constituição Federal c/c o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que os gastos em ações e serviços públicos de saúde, cujo percentual foi de **19,74%**, atenderam às exigências da Emenda Constitucional nº 29/2000;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal cumpriu o disposto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000, posto que do total da Receita Corrente Líquida, foi gasto com pessoal o percentual de **48,01%**, conforme consta no Relatório de Gestão Fiscal, quando o máximo estabelecido é de **54%**, não ultrapassando o limite de alerta de **48,60%** da RCL.

CONSIDERANDO que, os balanços e demais demonstrações contábeis que compõem a presente Prestação de Contas, de maneira geral, apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, as posições orçamentária, financeira e patrimonial do Município, em 31 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que, em todas as peças contábeis analisadas refletem confiabilidade e estão aderentes às normas contábeis em vigor; que as recomendações aqui destacadas não são capazes de prejudicar as informações contábeis condensadas nas peças contábeis apresentadas ao Tribunal de Contas, quais podem ser corrigidas no transcorrer do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



exercício sem prejuízo em seu teor, pois se referem meramente a procedimento técnico-contábil.

É DE PARECER que o Balanço Geral do Município de Ji-Paraná, relativo ao Exercício Financeiro de 2015, atende os requisitos necessários de regularidade ao ponto de merecer PARECER SEM RESSALVAS, quais serão acompanhadas as recomendações.

É o Parecer.

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2015.

Elias Caetano da Silva

Controlador Geral do Município
Contador CRC 2928/O-3



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTROLE INTERNO



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudências tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, **CERTIFICA-SE**, nos termos do Inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a Gestão Orçamentária e Financeira inerentes ao Exercício Financeiro de 2015.

Por ser expressão dos fatos, certifica-se.

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2015.

Elias Caetano da Silva

Controlador Geral do Município
Contador CRC 2928/O-3



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



ATA

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e quinze, às 09h00, em cumprimento ao § 4º, art. 9º Lei nº 101/2000 de Responsabilidade Fiscal combinado com que dispõe a LC 131/2009 na Lei de Transparência Pública, realizou-se no plenário da Câmara do Município de Ji-Paraná, a 1ª Audiência Pública referente ao Primeiro Quadrimestre do exercício de 2015, perante a Comissão de Orçamento e Finanças do Poder Legislativo do Município, representantes de entidades governamentais, como também de não governamentais, Funcionários Públicos e a sociedade em geral. Promoveu-se a abertura da 1ª Audiência Pública, conforme pauta nos termos do Edital de Convocação publicado nos jornais de grande circulação no Município tais como: Correio Popular, Classificados de 15/05/2015 folhas 2-3; dia 18 e 19; folhas 2.1; dia 20/05/2015 folhas 6; dia 21/05/15, folhas 2.1 e Diário Oficial do Município de Ji-Paraná; site oficial do Município <http://www.ji-parana.ro.gov.br/layout2013/noticia.php?id=2113>. A Audiência Pública teve a abertura promovida pelo Senhor Ari Saraiva – Secretário do Município de Governo, representando o senhor Prefeito, que declarou aberta a audiência, fez as considerações iniciais e síntese das ações realizadas no quadrimestre e exercício de 2015. Na sequência, o Senhor Elias Caetano da Silva, Controlador Geral do Município com sumário do assunto a ser abordado naquele momento, elencando nas explanações sobre os I – Composição do Orçamento; II – Receitas Totais; III – Receitas Próprias e participação Receitas do Estado e da União; IV – Despesas Totais; V - Percentual de Execução do Orçamento; VI – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Despesas com Magistério; VII - Despesas com Ações e Serviços de Saúde; VIII – Despesas de Pessoal e Limites; IX – Resultado Primário; X – Resultado Nominal; XI – Demonstrativo da Dívida. Fez-se uma introdução do assunto explicando a importância da audiência pública, os fundamentos legais, destacando sobre os fundamentos legais do orçamento do Município em vigência amparando a Lei Municipal 2738/2014, que contém 14 Programas, apresentando um gráfico com destaque para quantidade de recursos que cada programa possui em relação ao total do orçamento municipal. Destacou o volume de receitas previstas em face à realizada, comparando com a quantidade de despesas previstas com as executadas, apresentou gráfico com o volume de receitas arrecadas e despesas realizadas, destacando o superávit obtido no quadrimestre. Apresentou ainda tabelas e gráficos sobre as Despesas previstas na Lei de Orçamento confrontando com aquelas empenhas, liquidadas e pagas até o quadrimestre. Apresentou os indicadores financeiros e os índices constitucionais alcançados pelo Executivo Municipal no quadrimestre, referentes ao investimento na Educação, com índice de 19,08%. Destacou os investimentos no FUNDEB, qual conforme apresentado em slides visualizados em gráficos para Remuneração do Professores atingiu 67,45% no quadrimestre. Prosseguindo, apresentou informações sobre os índices da Saúde, qual alcançou também 18,71%, destacando que o limite mínimo obrigatório situa em 15% das receitas provenientes de impostos e transferências elencados na Constituição Federal. Além dos gráficos sobre os índices constitucionais, foram apresentadas as tabelas com os correspondentes valores que tais índices referiam-se. Deu-se prosseguimento confrontando a Receita Corrente Líquida com Despesas Líquidas de Pessoal, com tabelas referentes a valores e noutros slides destacando os indicadores até então alcançados. Foi demonstrado a evolução da Despesa Líquida de Pessoal, através da representação gráfica desde o primeiro quadrimestre de 2013,

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



ênfatisado no quadrimestre o percentual alcançado que esta abaixo do limite de alerta, com índice de 46,56%. Em seguida apresentou gráficos com os resultados Primário, Nominal e tabelas de monitoramento da Dívida. Fez as considerações finais sobre os relatórios de Gestão Fiscal e o Relatório resumido da Execução Orçamentária, destacando a importância do acompanhamento e monitorando entre o planejamento e a execução, lembrando que os indicadores constitucionais de Educação e Saúde e os indicadores fiscais do Resultado Primário e Nominal são monitorados no decorrer do exercício através dos quadrimestres. Agradeceu a presença de todos informando na sequência que os secretários fariam uma síntese das principais ações executadas por suas secretarias, destacando-as no aspecto quantitativo, todas elas inseridas nos Programas constantes do orçamento. Prosseguindo, o Secretário do Município de Saúde, senhor Renato Antônio Fuverki, apresentou um painel de dados sobre a sua pasta e com os quais demonstrou os bons índices obtidos neste primeiro quadrimestre de 2015, destacou o volume de atendimentos à população do Município na abrangência dos dois programas constante na Lei de orçamento para a saúde PAMPREV e PAMCURA, de medicina preventiva e medicina curativa. A SEMUSA computou neste quadrimestre cerca de 51.413 mil consultas à população Ji-paranaense, em 07 (sete) especialidades em: (Geriatria, Pediatria, Cirúrgica, Obstetrícia, Traumatologia, Psicologia e Cardiologia). Destas consultas, decorreram cerca de 2.973 internações, 739 partos e 1.124 cirurgias. Os exames laboratoriais atingiram marca de 47.701. Os pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, na Farmácia Central, nos Dentistas e na Clínica da Mulher no BNH alcançaram uma marca de 54.674 atendimentos. Outro dado importante apresentado foi o de vacinas fornecidas à população, que foi de 25.694, destacou que houve uma redução nos casos de dengue em relação ao ano passado, graças à nova metodologia de trabalho e recolhimento de 103 toneladas de pneus, finalizou o Secretário de Saúde. Dando sequência foi demonstrado pelo Senhor Rogério Crivelaro representando a Senhora Maria Sônia Grande Reigota, Ferreira Secretaria do Município de Assistência Social, que destacou os resultados da gestão com ênfase os dois programas constantes no orçamento PROSOB e PROSOE, destacando a quantidade de atendimentos realizados neste período nos CRAS, principalmente aquelas vítimas de violências; os atendimentos contínuos no abrigo do Município, relatando os quantitativos de atendimento no correspondente período. Explanou ainda, sobre o quantitativo de cursos realizados para esta clientela, exemplificando por fotos os seus comentários, os atendimentos da bolsa família, e seu maior quantitativo de atendimento para o Programa Minha Casa Minha Vida em parceria com o governo Federal. Na sequência o senhor Ari Saraiva Secretário do Município de Governo representando a Presidente da Fundação Cultura a senhora Keila Barbosa da Silva, que apresentou os quantitativos dos atendimentos realizados pela Fundação Cultural, de todos os cursos de instrumentos, ballet, artesanato, bem como as atividades e atendimentos realizados no Museu das Comunicações Marechal Rondon, destacou também a reforma que esta sendo realizada na Biblioteca Municipal Dr. Cyro Escobar Ribeiro, e os eventos promovidos pela Fundação no período, todos os dados apresentados com fotos e gráficos. E por fim o Senhor Ari Saraiva - Secretário do Município de Governo fez as considerações finais agradecendo a presença de todos os presentes e públicos a esta Audiência Pública referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2015. Fizeram-se presentes à 1ª Audiência, o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças - Vereador Adilson Tibúrcio da Silva, Vereadora Sílvia Cristina Amâncio Chagas. O senhor Elias Caetano da Silva, Controlador Geral e Presidente da Comissão

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Especial da 1ª Audiência Pública de 2015, solicitou que fosse lavrada a ata e eu Marlene Maia Ribeiro, servidora efetiva do Município de Ji-paraná, lotada na Controladoria Geral do Município, sob matrícula nº 11.587, Secretariei os trabalhos, lavro e assino esta Ata com os demais componentes do Decreto nº 4635/GAB/PMJP/2015 de 15 de Maio de 2015, nomeados para gerir a Comissão Especial, efetivar e organizar a Audiência em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Anexo esta ATA a lista de presença do Primeiro Quadrimestre de dois mil e quinze. Por ser a expressão da verdade firmo a presente Ata, estando presentes a Audiência 054 pessoas, conforme lista de presença, doravante parte desta ATA.

Presidente: Elias Caetano da Silva

1ª Secretária: Marlene Maia Ribeiro

2ª Secretária: Priscila Midia Martins Nascimento

Membros:

1: Luiz Fernandes Ribas Mota

2: Marília Pires de Oliveira

3: Rosângela Barros Guimarães dos Santos

4: Suely Beraldo Zanard dos Santos

5: Ducinalva Mota Barros

6: Leni Matias – PGM

7: Relvanir Celso de Campos

8: Leiva Custódio Pereira

9: Vivaldo Pinto Zeferino

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de
 dois mil e quinze, às 09:00h, foi realizada a 1ª
 Audiência Pública do 1º Quadrimestre do corrente
 exercício no Plenário da Câmara do Município
 de Ji-Paraná na qual compareceram os parti-
 cipantes abaixo assinados:

Ordem	Nome	Instituição
001	Arnoni Oley de Campos	Ascom
002	Taís Gomes de S. Abelo	SEMA Bolsa Família
003	Orly Malheur de S. S. S.	SEMO SA
004	Sônia Regina da Silva	CGM
005	Dulcy Brolado Zhand dos Santos	CGM
006	Luciene Alves Pêto Barroso	CGM
007	Suzila Mídia Martins Nascimento	CGM
008	Rosângelo Barros Guimarães da Silva	CGM
009	Armando Bezerra Ferreira Filho	PGM Rep.
010	Margarite A. dos Santos	Agenci
011	JOÃO CARLOS G. INFANTE	SEMU
012	Rogério Crivelano	SEMAS
013	Prômilda Nink	Entregadora
014	F. R. SILVA - Secretário	SEMG
015	Heliete B. Lame Viana	SEMU SA
016	Mareno Turini	Dimfo
017	João Batista dos Santos	DOCOM
018	Paul Renato A. F. F. F.	SEMU SA/pu
019	Marion Mello - Presidente	EMTU
020	João Benício de Melo	SEMO SA
021	Monica Beura Bruno Soares	SEMAZ
022	Edmundo Andrade	SEMO SA
023	Epifânio Cardoso	SEMU SA
024	Sonete Rodas	Percom
025	Christina de Jesus	Veradora
026	Nilson Bezerra Mello dos Santos	SEMSA

DT	Nome	Instituição
027	MARCOS VICENTE C. LOCK	ASCOM
028	Francisco Manoel dos Santos	CGM
029	Maurício Fries de Oliveira	CGM
030	MARIN M. SOUSA	GOV. Fed.
031	Adilson Almeida de Silva	VEREDOR
032	ADALDO José Almeida	PRESIDENTE
033	Luiz Figueiredo Sousa	Comarca
034	Thiago Figueiredo dos Santos	Sem faz
035	Samuel B. Dias	Sem faz
036	Marlene Almeida Figueiredo	CGM
037	Alcides M. de Souza	SEMPAZ
038	Luana C. Chaves da Silva	Sem faz
039	Rafael F. da Silva	Tribunal / Sem faz
040	Adriano Marques Moura	Sem faz
041	Guilherme Carlos de Jesus	P.S. Pedro
042	Cláudio M. de Jesus	ASSESSOR
043	JARSON Lemos Andrade	SEMPAZ
044	Almeida Costa Lago	SEMPAZ
045	Lucas R. H. Farias	SEMPAZ
046	Ron. 6º Silva Farias	CMPCA
047	JOSÉ CÍCERO ROCHA	SEPLAN -
048	Paulo Roberto de Souza	Sind.
049	Olivia Brito da Silva	CGM
050	Marizete Santos	CPL
051	Quiane Baran	CPL
052		
053		
054		
055		
056		
057		
058		



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, às 09h00, em cumprimento ao § 4º, art. 9º Lei nº 101/2000 de Responsabilidade Fiscal combinado com que dispõe a LC 131/2009 na Lei de Transparência Pública, realizou-se no Auditório da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná, a Audiência Pública referente ao Segundo Quadrimestre do exercício de 2015, perante a Comissão de Orçamento e Finanças do Poder Legislativo do Município, representantes de entidades governamentais, como também de não governamentais, Funcionários Públicos e a sociedade em geral. Promoveu-se a abertura da 2ª Audiência Pública, conforme pauta nos termos do Edital de Convocação publicado nos jornais de grande circulação no Município tais como: Correio Popular, Classificados de 17/09/2015 folhas 2-3 e Diário Oficial do Município de Ji-Paraná nº 2151 de 15-09/2015 disponível no endereço <http://www.domjp.com.br/diarios/201509.php>. A Audiência Pública teve a abertura promovida pelo Senhor Elias Caetano da Silva – Controlador Geral do Município, o qual fez as considerações iniciais e sínteses das ações realizadas no 2º quadrimestre e exercício de 2015, em seguida pontuou em sua apresentação os itens a serem abordados, elencando nas explanações sobre os I – Composição do Orçamento; II – Receitas Totais; III – Receitas Próprias e participação Receitas do Estado e da União; IV – Despesas Totais; V - Percentual de Execução do Orçamento; VI – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Despesas com Magistério; VII - Despesas com Ações e Serviços de Saúde; VIII – Despesas de Pessoal e Limites; IX – Resultado Primário; X – Resultado Nominal; XI – Demonstrativo da Dívida. Fez-se uma introdução do assunto explicando a importância da audiência pública, os fundamentos legais, destacando sobre os fundamentos legais do orçamento do Município em vigência amparando a Lei Municipal 2738/2014, que contém 14 Programas, apresentando um gráfico com destaque para quantidade de recursos que cada programa possui em relação ao total do orçamento municipal. Destacou o volume de receitas previstas em face à realizada, comparando com a quantidade de despesas previstas com as executadas, apresentou gráfico com o volume de receitas arrecadas e despesas realizadas. Apresentou ainda tabelas e gráficos sobre as Despesas previstas na Lei de Orçamento confrontando com aquelas empenhadas, liquidadas e pagas até o quadrimestre. Apresentou os indicadores financeiros e os índices constitucionais alcançados pelo Executivo Municipal no quadrimestre, referentes ao investimento na Educação, com índice de 22,52%. Destacou os investimentos no FUNDEB, qual conforme apresentado em slides visualizados em gráficos para Remuneração do Professores atingiu 66,55% no quadrimestre. Prosseguindo, apresentou informações sobre os índices da Saúde, qual alcançou 20,23%, destacando que o limite mínimo obrigatório situa-se em 15% das receitas provenientes de impostos e transferências elencados na Constituição Federal. Deu-se prosseguimento confrontando a Receita Corrente Líquida com Despesas Líquidas de Pessoal, com tabelas referentes a valores e gráficos destacando os indicadores até então alcançados. Foi demonstrada a evolução da Despesa Líquida de Pessoal, através da representação gráfica desde o segundo quadrimestre de 2013, enfatizado no quadrimestre o percentual alcançado que esta abaixo do limite de alerta, com índice de 47,54%. Em seguida apresentou gráficos com os resultados Primário, Nominal e tabelas de monitoramento da Dívida. Fez as considerações finais sobre os relatórios de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, destacando a importância do acompanhamento e monitorando entre o planejamento e a



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



execução, lembrando que os indicadores constitucionais de Educação e Saúde e os indicadores fiscais do Resultado Primário e Nominal são monitorados no decorrer do exercício através dos quadrimestres, para que suas metas sejam alcançadas no final do exercício. Agradeceu a presença de todos informando na sequência que os secretários fariam uma síntese das principais ações executadas por suas secretarias, destacando-as no aspecto quantitativo, todas elas inseridas nos Programas constantes do orçamento. Dando sequência o Senhor Rogério Crivelaro representando a Senhora Maria Sônia Grande Reigota Ferreira Secretária do Município de Assistência Social, que destacou os resultados da gestão com ênfase os dois programas constantes no orçamento PROSOB e PROSOE, destacando a quantidade de atendimentos realizados neste período nos CRAS, principalmente aquelas vítimas de violências; os atendimentos contínuos no abrigo do Município, relatando os quantitativos de atendimento no correspondente período, apresentou os trabalhos realizado pelo Fundo de Assistência Social. Na sequência a Senhora Ana Maria Martins Papa representando a senhora Leiva Custódio secretária do Município de Educação, apresentou em síntese os trabalhos realizados pela secretaria, destacando que o Município atualmente atende 6.719 alunos entre área urbana e rural, destacou os trabalhos realizados pela superintendência de administração, superintendência de apoio técnico, superintendência de ensino, superintendência de gestão escolar, apresentou os resultados obtidos com os investimentos, e por fim finalizou convidando a todos à acessarem o blog da secretaria <http://semedjipa.blogspot.com.br/>. Em seguida o Secretário do Município de Saúde, senhor Renato Antônio Fuverki, apresentou um painel de dados sobre a sua pasta e com os quais demonstrou os bons índices obtidos neste segundo quadrimestre de 2015, destacou o volume de atendimentos à população do Município na abrangência dos dois programas constante na Lei de orçamento para a saúde PAMPREV e PAMCURA, de medicina preventiva e medicina curativa. A SEMUSA computou neste quadrimestre cerca de 51.922 mil consultas à população Ji-Paranaense, em 07 (sete) especialidades em: (Clínico Geral, Pediatria, Cirúrgica, Obstetrícia, Traumatologia, Psicologia e Cardiologia). Destas consultas, decorreram cerca de 2.995 internações, 716 partos. Os exames laboratoriais atingiram marca de 50.577. Outro dado importante apresentado foi o de vacinas fornecidas à população, que foi de 28.310, destacou que houve uma redução nos casos de dengue em relação ao ano passado, graças à nova metodologia de trabalho e recolhimento de 103 toneladas de pneus, finalizou o Secretário de Saúde. E por fim o Senhor Elias Caetano da Silva – Controlador Geral do Município fez as considerações finais agradecendo a presença de todos os presentes e públicos a esta Audiência Pública referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2015 e convidou a todos a acessarem o Portal da Transparência do Município no endereço <http://www.ji-parana.ro.gov.br/layout2013/index.php?>. Fizeram-se presentes à 2ª Audiência, o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças - Vereador Adilson Tibúrcio da Silva, O senhor Elias Caetano da Silva, Controlador Geral e Presidente da Comissão Especial da 2ª Audiência Pública de 2015, solicitou que fosse lavrada a ata e eu Marlene Maia Ribeiro, servidora efetiva do Município de Ji-paraná, lotada na Controladoria Geral do Município, sob matrícula nº 11.587, Secretariei os trabalhos, lavro e assino esta Ata com os demais componentes do Decreto nº 4635/GAB/PMJP/2015 de 15 de Maio de 2015, nomeados para gerir a Comissão Especial, efetivar e organizar a Audiência em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Anexo esta ATA a lista de presença do Segundo Quadrimestre de dois mil e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



quinze. Por ser a expressão da verdade firmo a presente Ata, estando presentes a Audiência 46 pessoas, conforme lista de presença, doravante parte desta ATA.

Presidente: Elias Caetano da Silva _____

1ª Secretária: Marlene Maia Ribeiro _____

2ª Secretária: Priscila Midiã Martins Nascimento _____

Membros:

1: Luiz Fernandes Ribas Mota _____

2: Marília Pires de Oliveira _____

3: Rosângela Barros Guimarães dos Santos _____

4: Ducinalva Mota Barroso _____

5: Leni Matias – PGM _____

6: Relvanir Celso de Campos _____

7: Suely Beraldo Zanard dos Santos _____

8: Leiva Custódio Pereira _____

9: Vivaldo Pinto Zeferino _____

10: Keila Ribeiro da Silva _____

11: Zilda de Jesus _____

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro
 ano de dois mil e quinze, às 09:00h foi
 realizada a 2ª Audiência Pública do 2º Seta
 mestre do corrente exercício, no Auditório
 Secretaria Municipal de Educação - SEME
 qual compareceram os participantes abaixo
 assinados.

Nº	Nome	Instituição
01	Oziel Melheiros da Silva	SEHUSA
02	Reila Ribeiro da Silva	CGM
03	Josia Regina da Silva	CGM
04	Márcia Lires de Oliveira	CGM
05	Luizilda Nidia H. Macinamento	CGM
06	Zilda de Jesus	CGM
07	Quinciane Melo Bonato	CGM
08	Josette Rocha de Araújo	Decom
09	Esmeralda	Semfz
10	João Batista dos Santos	DECOM
11	Rafaela Fernanda R. do Silva	SEMED
12	Nilton Leonardo Mota	SEMED
13	Jucelia Vieira de Souza	Semfz
14	Juliana T. B. da Costa	SEMED
15	Roberta de A. Lima	SEMED
16	Donald D. de Jesus Martins	SEMED
17	Edilaine A. da S. Nogueira	SEMED
18	Vale Cristina de Santana	SEMED
19	Rogério Cruz	SEMED
20	Adilson M. de Silva	SEMED
21	Marco Aurélio Campêlo Ribeiro	SEMED
22	Cláudio Inês V. Rodrigues	SEMED
23	Antônio Manoel	SEMED
24	Maria Rosa	SEMED

Continuação

do			
no	26	Fernando Santos da Silva	SEMED
xi	27	Helena Maciel da Silva	SEMED
da	28	Vivaldo + Zeferino	CGM
no	29	Marion Mello	EMTU
xo	30	Latink de Almeida Gonçalves	Semed
	31	PEDRO CABECA DOBNAHO	SEPLAN
	32	Elias da Rocha Junior	VLBRA - DI
	33	Walter Leitão	EMTU
	34	Renato P. F. Mendes	SEMUSO
	35	Marcelo Turini	SEMADE
	36	Eliziane Cristina Silva	GABINETE VEC
	37	Romildo Rodrigues Reis	ESTATISTICA
	38	Resolução 3. Guimarães da Silva	CGM
	39	Emília Ben Amel	Semed
	40	Henrique Fulvetti Carvalho	Semagui
	41	Celso J. de Paula	GABINETE
	42	Renato E. S. Silva	Superintendente
	43	Emilene Olívia Ribeiro	CGM.
	44	Luiza Cristina Corrêa	S. Média
	45	Paulin Elias Fernandes	Semudon
	46	Elis Antônio L. Silva	CGM



ATA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às 09h00, em cumprimento ao § 4º, art. 9º Lei nº 101/2000 de Responsabilidade Fiscal combinado com que dispõe a LC 131/2009 na Lei de Transparência Pública, realizou-se no Plenário da Câmara do Município de Ji-Paraná sito Avenida 02 de Abril, 1571 – Bairro 02 de Abril – CEP. nº 76.900-181. A Audiência Pública referente ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2015, perante a Comissão de Orçamento e Finanças do Poder Legislativo do Município, representantes de entidades governamentais, como também de não governamentais, Funcionários Públicos e a sociedade em geral. Promoveu-se a abertura da 3ª Audiência Pública, conforme pauta nos termos do Edital de Convocação publicado nos jornais de grande circulação no Município tais como: Correio Popular, Classificados, folhas 2-3 e Diário Oficial do Município de Ji-Paraná nº 2247 de 10 de fevereiro de 2016 disponível no endereço <http://www.domjp.com.br/2016.php>. A Audiência Pública teve a abertura promovida pelo Senhor Elias Caetano da Silva – Controlador Geral do Município, o qual fez as considerações iniciais e sínteses das ações realizadas no 3º quadrimestre e exercício de 2015, em seguida a senhora Priscila Mídia Martins Nascimento - Diretora de Controle Interno, pontuou em sua apresentação os itens a serem abordados elencando nas explanações sobre os I – Composição do Orçamento; II – Receitas Totais; III – Receitas Próprias e participação Receitas do Estado e da União; IV – Despesas Totais; V - Percentual de Execução do Orçamento; VI – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Despesas com Magistério; VII - Despesas com Ações e Serviços de Saúde; VIII – Despesas de Pessoal e Limites; IX – Resultado Primário; X – Resultado Nominal; XI. Fez-se uma introdução do assunto explicando a importância da audiência pública, os fundamentos legais, destacando sobre os fundamentos legais do orçamento do Município em vigência amparando a Lei Municipal 2738/2014, que contém 14 Programas, apresentando um gráfico com destaque para quantidade de recursos que cada programa possui em relação ao total do orçamento municipal. Destacou o volume de receitas previstas em face à realizada, comparando com a quantidade de despesas previstas com as executadas, apresentou gráfico com o volume de receitas arrecadas e despesas realizadas durante cada quadrimestre do exercício de 2015. Em seguida explanou sobre o quantitativo de despesas executadas por cada programa de governo durante o quadrimestre e o total executado no exercício. Apresentou a composição da dívida do Município com ênfase nas de curto e longo prazo e a evolução do Patrimônio Líquido, que nos últimos três exercícios aumentou 60,02% saltando de R\$ 173.591.073,22 para R\$ 277.786.942,50. Apresentou os indicadores financeiros e os índices constitucionais alcançados pelo Executivo Municipal, referentes ao investimento na Educação, com índice de 26,17%. Destacou os investimentos no FUNDEB, qual conforme apresentado em slides visualizados em gráficos para Remuneração do Professores atingiu 73,44% no ano e outras despesas com a Educação atingiram o índice de 26,19%, ressaltou que o saldo de 0,37% de saldo financeiro em conta fora recebido em 31/12/2015, não havendo tempo hábil a ser executado no exercício financeiro de 2015, o qual será utilizado no primeiro trimestre de 2016 conforme estabelece instrução normativa 022/TCE de 2007. Prosseguindo, apresentou informações sobre os índices da Saúde, qual alcançou 19,74%, destacando que o limite mínimo obrigatório situa-se em 15% das receitas provenientes de impostos e transferências elencados na Constituição Federal, sendo o montante aplicado com recursos próprios em saúde R\$ 24.390.884,07. Deu-se prosseguimento confrontando a Receita Corrente Líquida com Despesas Líquidas de Pessoal, com tabelas referentes a valores e gráficos destacando os indicadores até então alcançados. Foi demonstrada a evolução da Despesa Líquida de Pessoal, através da representação gráfica desde o terceiro quadrimestre de 2013, enfatizado o percentual alcançado não faz-se necessário emissão de alerta, com índice de 48,01%. Em seguida apresentou gráficos com os resultados Primário, Nominal e tabelas de monitoramento da Dívida. Fez as considerações finais sobre os relatórios de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, destacando a importância do acompanhamento e monitorando entre o planejamento e a execução, lembrando que os



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



indicadores constitucionais de Educação e Saúde e os indicadores fiscais do Resultado Primário e Nominal são monitorados no decorrer do exercício através dos quadrimestres. Na sequência a senhora Rosângela Barros Guimarães dos Santos – Diretora de Controle Administrativo fez a apresentação dos demais representantes das Secretarias onde os mesmos fariam uma síntese das principais ações executadas por suas secretarias, destacando-as no aspecto quantitativo, todas elas inseridas nos Programas constantes do orçamento. Dando sequência o Senhor Humberto Jakson de Souza membro do Núcleo de Execução Fiscal representando o senhor Luiz Fernandes Ribas Motta - Secretário do Município de Fazenda, destacou as metas de arrecadação no Município nos três últimos exercícios financeiros, demonstrando através de tabelas e gráficos que a arrecadação própria obteve índice menor de arrecadação do que nos dois exercícios anteriores. Na sequência a Senhora Ana Maria Martins Papa representando a senhora Leiva Custódio Pereira Secretária do Município de Educação, apresentou em síntese os trabalhos realizados pela secretaria, destacando que o Município atualmente atende 7.236 alunos entre área urbana e rural, destacou a execução dos programas FNDE e PROFAE durante o ano, demonstrou os trabalhos realizados pela equipe de nutrição da Secretaria do Município de Educação, que conforme pesquisa apresentada a avaliação dos alunos que consomem merenda escolar aprovam a alimentação oferecida. Destacou os trabalhos realizados pela superintendência de administração, superintendência de apoio técnico, superintendência de ensino, superintendência de gestão escolar, enfatizando a execução do transporte escolar que atendeu 2.118 alunos tanto da Rede Municipal quanto na Rede Estadual de Ensino, com 15 ônibus para realizarem o trabalho. Apresentou os resultados obtidos com os investimentos, e por fim finalizou convidando a todos a acessarem o blog da secretaria <http://semedjipa.blogspot.com.br/>. Em seguida o senhor Oziel Malheiros dos Santos representando o Secretário do Município de Saúde, senhor Renato Antônio Fuverki, apresentou os dados sobre a sua pasta e com os quais demonstrou os bons índices obtidos neste quadrimestre e no exercício financeiro de 2015, destacou o volume de atendimentos à população do Município na abrangência dos dois programas constante na Lei de orçamento para a saúde PAMPREV e PAMCURA, de medicina preventiva e medicina curativa. A SEMUSA computou neste quadrimestre cerca de 50.487 mil e no ano 153.822 consultas à população Ji-Paranaense, em 07 (sete) especialidades em: (Clínico Geral, Pediatria, Cirúrgica, Obstetrícia, Traumatologia, Psicologia e Cardiologia). Destas consultas, decorreram cerca de 3.043 internações, 686 partos e no ano totalizaram 2.141 partos. Os exames laboratoriais atingiram marca de 37.977 no quadrimestre e no ano computaram 131.542. Outro dado importante apresentado foi o atendimento da Farmácia Básica fornecendo medicamentos a população com 49.153 atendimentos no quadrimestre e 162.809 durante o ano, destacou os trabalhos das equipes de Saúde Familiar, Estratégica de agentes e epidemiológicas, finalizou o Senhor Oziel. Continuando falou a senhora Josenita Dutra Lana representando a senhora Maria Sônia Reigota Ferreira – Secretária do Município de Assistência Social que falou sobre os resultados da gestão com ênfase os dois programas constantes no orçamento PROSOB e PROSOE, destacando a quantidade de atendimentos realizados neste período nos CRAS, principalmente aquelas vítimas de violências; os atendimentos contínuos no abrigo do Município, relatando os quantitativos de atendimento no corresponde período, apresentou os trabalhos realizado pelo Fundo de Assistência Social e Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e os trabalhos realizados para o encerramento do exercício. Continuando seria a vez da SEMOSP que enviou seus dados de execução no qual foram apresentados pela Senhora Priscila Mídia Martins Nascimento, em que a Secretária do Município de Obras durante o exercício adquiriu 4 caminhões caçamba, 02 caminhões de carroceria de madeira, 02 caminhões de manutenção elétrica, 01 caminhão pipa, 01 caminhão varredor, 02 varredoras mecânicas, 01 retro escavadeira, 01 usina de asfalto de CBUQ, 01 vibro acabadora, 01 ônibus e 02 carros de apoio. Foi destacado também que 80% da área urbana e 100% da área rural receberam serviços de terraplanagem, além da construção de 82 pontes e 86 bueiros, 1.622 metros de bloqueteamento e 5,5 quilômetros de asfalto realizados com recursos próprios além de 2.600 metros de calçadas e 5.600 mudas plantadas ao longo da BR 364 no perímetro urbano de Ji-Paraná, finalizou a apresentação. Na sequência o senhor Henrique



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Fulaneti Carvalho representando a senhora Cláudia de Jesus – Secretária do Município de Agricultura e Pecuária falou sobre dois programas constantes no orçamento PROINFRARURAL e PROAER destacando os trabalhos realizados juntos as agroindústria familiar do município, o programa de distribuição de calcário além dos serviços de fiscalização de alimentos comercializados nas feiras livres da cidade e o apoio aos pequenos produtores para revenderem seus produtos no feirão do produtor. Em seguida a Senhora Priscila Midiã Martins Nascimento representando a Senhora Keila Barbosa presidente da Fundação Cultural, apresentou os trabalhos realizados durante o terceiro quadrimestre pela Fundação Cultural, a qual administra no Município o Centro Cultural Casa do Artesão que atende 721 alunos em 07 cursos (pintura em tela, pintura em tecido, pedraria em chinelo, aplique em tecido, crochê, bordado em fita e oficina em artesanato), Teatro Municipal Dominginhos que atende os alunos matriculados no curso de ballet com 368 alunos, a Escola de Música Walter Bártolo que atende 406 alunos em 10 cursos (violão, guitarra, contra-baixo, violino, instrumento de sopro, bateria, teclado, piano, canto e coral e viola caipira.), o Museu das Comunicações Marechal Rondon que durante o quadrimestre recebeu 1095 visitas e a Biblioteca Municipal Cyro Escobar que recebeu 650 visitas. Foi apresentado fotos dos eventos organizados pela Fundação Cultural junto com administração Municipal, tais como: meu pé de serra, palco giratório, primavera de museus, II noite da viola caipira, Espetáculo de Ballet com o tema “O Mágico de OZ” entre outros. E por fim a senhora Rosângela Barros Guimarães dos Santos fez as considerações finais agradecendo a presença de todos os presentes e públicos a esta Audiência Pública referente ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2015 e convidou a todos a acessarem o Portal da Transparência do Município no endereço <http://201.3.59.82:5659/transparencia/>. Fizeram-se presentes à 3ª Audiência, o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças - Vereador Adilson Tibúrcio da Silva e o vereador Lorenil Gomes da Silva. A senhora Rosângela Barros Guimarães dos Santos – Diretora de Controle Administrativo encerrou a 3ª Audiência Pública de 2015, solicitou que fosse lavrada a ata e eu Marlene Maia Ribeiro, servidora efetiva do Município de Ji-paraná, lotada na Controladoria Geral do Município, sob matrícula nº 11.587, Secretariei os trabalhos, lavro e assino esta Ata com os demais componentes do Decreto nº 5709/GAB/PMJP/2016 de 10 de Fevereiro de 2016, nomeados para gerir a Comissão Especial, efetivar e organizar a Audiência em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Anexo esta ATA a lista de presença do Terceiro Quadrimestre de dois mil e quinze. Por ser a expressão da verdade firmo a presente Ata, estando presentes a Audiência 51 pessoas, conforme lista de presença, doravante parte desta ATA.

Presidente: Elias Caetano da Silva

1ª Secretária: Marlene Maia Ribeiro

2ª Secretária: Percidia Chagas Ribeiro

Membros:

1: Iraneide Maria dos Santos

2: Keila Ribeiro

3: Leiva Custódio Pereira

4: Luiz Fernandes Ribas Motta

5: Priscila Midiã M. Nascimento

6: Relvanir Celso de Campos

88



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- 7: Rosângela Barros G. dos Santos *Rosângela Barros G. dos Santos*
- 8: Sônia Regina da Silva *Sônia Regina da Silva*
- 9: Suely Beraldo Z. dos Santos *Suely B. Z. dos Santos*
- 10: Vivaldo Pinto Zeferino *Não compareceu*
- 11: Zilda de Jesus *Zilda de Jesus*

Aos dezenove dias do mês de Fevereiro de
 de dois mil e quinze algo dezesseis, às 09:
 foi realizada a 3ª Audiência Pública do 3º e
 trimestre do corrente exercício, no Plenário
 Câmara do Município de F. Paraná, na
 compareceram os participantes abaixo abo-
 dos:

Ord	Nome	Instituição
001	Lilda de Jesus	CGM.
002	Sônia Regina da Silva	ESM.
003	Quênia Olagás Ribeiro	CGM
004	Francine Maria dos Santos	CGM
005	Leizete Lúcia Lora	SEMER
006	Mathews Simonthon T. Silva	Dep. Inform
007	William Lúcia	- - -
008	Osias Duarte	Endemia
009	Leopoldo S. Guimarães dos Santos	CGM.
010	Osvaldo Matheus dos Santos	SEMUSA
011	Wilson Schung Jmc	SEMUSA
012	Kátia Patrícia D. Rezende	APAE
013	Sully B. Zamboni dos Santos	CGM
014	Leifângela da Silva Carvalho	AVJ
015	Thamara Tânia da Silva	NIF
016	Ana Maria M. Papa	SEMED
017	Cristian Mays	SEMED
018	MAYKON SILVA DU SA	CRJA-RO
019	Charles Barros	Simpaz -
020	Lucia Cristine Lorrain	Semear
021	Margarete A. dos Santos	Agenci
022	Deborah M. Santos	SEMED

0170	Nome	Instituição
026	Karla Ribeiro da Silva	CGM
027	Daniel T. J. J.	SEPLAN
028	CLAUDIA M. DONADEL	SE PLAN
029	JOÃO CARLOS O. INFANTE	SEMUS - FMS
030	Marcelo Plunqui	Semud/Unif
031	Wlmer J. de Jesus	SEMUS
032	Genito Peço dos Santos	Semetur
033	João Batista dos Santos	DECOAT
034	Elys C. L. L.	CGM
035	Leidiana S. Souza	Semur
036	Alt - Adão Elias	EMS
037	Wilde Rezende	Semusa
038	Fernanda E. Gomes Gonçalves	G. G. P
039	ALEX MARCOS SILVA	GABINETE
040	Luiz Roberto Lino de Almeida	GABINETE DO VICE
041	Antônio Henrique Baylon	B. Ponguão Rel
042	José Nepom. dos Santos	G. L. L.
043	Alex M. de Souza	SEMUR
044	Marcelo Plunqui	Comunicação
045	Wlmer J. de Jesus	Comunicação
046	Luana Cristina C. da Silva	Semur
047	Luana Maria dos Santos	INFORMATICA
048	Henrique Fulvetti Canabalo	Semagri
049	Daniel Travenço L. dos Santos	AMT
050	Barbara Oliveira F. de	CGM
051	Priscila Kidiô H. Nascimento	CGM